

Daniel Cefai, Fábio Reis Mota,
Felipe Berocan Veiga e Marco Antonio da Silva Mello
(Organizadores)

ARENAS PÚBLICAS:
por uma etnografia da vida associativa



Editora da UFF

Niterói, RJ
2011

© 2011 by Daniel Cefai, Fábio Reis Mota, Felipe Berocan Veiga, Marco Antonio da Silva Mello (Organizadores).

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói, RJ - Brasil - CEP 24220-900 - Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288 - <http://www.editora.uff.br> - E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Caroline Brito

Edição de texto e revisão de provas: Rosely Campelo Barrôco

Projeto gráfico: José Luiz Stalleiken Martins

Edição eletrônica, diagramação e supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

Catálogo na Publicação - (CIP)

C389 Cefai, Daniel; Mota, Fábio Reis; Veiga, Felipe Berocan; Mello, Marco Antonio da Silva.

Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa/Daniel Cefai, Fábio Reis Mota, Felipe Berocan Veiga, Marco Antonio da Silva Mello (Organizadores). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

514p. ; il. 21cm. – (Coleção Antropologia e Ciência Política; 51)

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-228-0609-6

1. Antropologia. 2. Associações. I. Título. II. Série.

CDD 307.72

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação: Antonio Claudio Lucas de Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene P. de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Editora da UFF

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ARENAS PÚBLICAS: POR UMA ETNOGRAFIA DA VIDA ASSOCIATIVA	9
<i>Daniel Cefai, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota</i>	

MOBILIZAÇÕES URBANAS: ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

COMO UMA ASSOCIAÇÃO NASCE PARA O PÚBLICO: VÍNCULOS LOCAIS E ARENA PÚBLICA EM TORNO DA ASSOCIAÇÃO LA BELLEVILLEUSE EM PARIS	67
<i>Daniel Cefai</i>	

“EM NOME DA COMUNIDADE”: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA URBANA EM ACARI – RIO DE JANEIRO	105
<i>Letícia de Luna Freire</i>	

ENGAJAMENTO POLÍTICO E MOBILIZAÇÃO COLETIVA EM NOVA IGUAÇU – RJ: BASTIDORES DAS ARENAS PÚBLICAS NAS CONFERÊNCIAS DAS CIDADES.....	135
<i>Jussara Freire</i>	

ENTRE “COMUNIDADE” E “PÚBLICO”: SEGUINDO O CURSO DE AÇÃO DE UM CONFLITO DE URBANIDADE EM CARACAS, VENEZUELA	173
<i>Pedro José García Sanchez</i>	

ASSOCIATIVISMO: LAÇOS VOLUNTÁRIOS OU COMPULSÓRIOS?

QUANDO AS ASSOCIAÇÕES SÃO VOLUNTÁRIAS NO BRASIL? UMA DISCUSSÃO SOBRE NOVAS FORMAS DE COLONIALIZAÇÃO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	199
<i>Ronaldo Lobão</i>	

QUANTO CUSTA SER QUILOMBOLA NO BRASIL?:
MOBILIZAÇÕES COLETIVAS E ASSOCIATIVISMO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 239

Fábio Reis Mota

SOFRIMENTO E DEMANDA SOCIAL: UMA POLÍTICA
MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM NITERÓI – RJ

Kátia Sento Sé Mello

OS “VIZINHOS” E OS “DE FORA”: O PROCESSO
DE DEFINIÇÃO DE UMA “COMUNIDADE”
EM BUENOS AIRES, ARGENTINA

Lucía Eilbaum

O DEVER DE CIDADANIA: POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO
POPULAR NO BRASIL

Alex Varella

ASSOCIAR-SE: REIVINDICAR DIREITOS
ÍNDIOS DE PAPEL: ETNICIDADE E ASSOCIATIVISMO
FRENTE A GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
NO ESPÍRITO SANTO

Felipe Berocan Veiga

DA ASSOCIAÇÃO AO SINDICATO: UMA ETNOGRAFIA
DO ACESSO AO DIREITO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS
DO RIO DE JANEIRO

Dominique Vidal

O DIREITO AO LUGAR: UMA TRAJETÓRIA DOS PROCESSOS
DE MOBILIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS ARENAS
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ – BA

Patrícia de Araújo Brandão Couto

“SEM VERGONHA, GAROTA: VOCÊ TEM PROFISSÃO”:
NOTAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO
DE UM MÉTIER NO BRASIL
Soraya Silveira Simões

POSFÁCIO

ISAAC JOSEPH: DIÁRIO DE BORDO, PERCURSOS,
EXPERIÊNCIAS URBANAS E IMPRESSÕES DE PESQUISA
*Marco Antonio da Silva Mello, Licia do Prado Valladares,
Roberto Kant de Lima, Felipe Berocan Veiga*

INTRODUÇÃO

Daniel Cefai
Felipe Berocan Veiga
Fábio Reis Mota

ARENAS PÚBLICAS: POR UMA ETNOGRAFIA DA VIDA ASSOCIATIVA

Este livro cumpre o papel de reunir uma produção coletiva em torno da vida associativa como temática comum e, desse modo, marcar a conclusão de um ciclo do Convênio Capes-Cofecub, desenvolvido de 1997 a 2007. Assim, tem como objetivo apresentar a unidade de perspectiva constituída entre grande parte dos jovens pesquisadores dos grupos de pesquisa envolvidos naquele então convênio – o NUFEP,¹ o LeMetro² e o NECVU³ – e alguns de seus parceiros franceses.

O referido convênio de cooperação internacional teve como ponto de partida o encontro entre Isaac Joseph e Roberto Kant de Lima, artesãos das primeiras trocas, e prolongou-se consolidado por Daniel Cefai e Marco Antonio da Silva Mello, numa série de intercâmbios intelectuais, envolvendo professores e estudantes da UFF, da UFRJ, do

¹ Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pelo Prof. Roberto Kant de Lima.

² Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado pelo Prof. Marco Antonio da Silva Mello.

³ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, do IFCS-UFRJ, coordenado pelo Prof. Michel Misse.

artigo IUPERJ, da Universidade de Paris Ouest Nanterre-La Défense e do Institut Marcel Mauss-EHESS.⁴ Pouco a pouco, diversos eixos teóricos de reflexão, simultaneamente dimensionados pelo quadro de pesquisas empíricas desenvolvidas, foram sendo desenhados, motivando a realização desta obra coletiva.

1. A pesquisa de campo: estudos de caso e análise situacional

A abordagem adotada destaca-se fundamentalmente pelo *trabalho de campo*. O critério de distinção mais pertinente para especificar a pesquisa etnográfica é a realização da observação direta e da observação participante como modalidades primeiras da investigação.⁵ O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em *etnografia* sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias.

Evidentemente, a pesquisa etnográfica pode se conciliar com diversos outros métodos. Seria demasiadamente dogmático recusar todas as maneiras de explicar e interpretar os fenômenos sociais que não utilizam a observação direta e a descrição como métodos de análise. Limitaria os objetos empíricos que seriam de domínio legítimo das ciências sociais e políticas. Isso implicaria numa visão estreita, perdendo de vista os outros tipos de materiais relevantes à pesquisa. A pesquisa etnográfica pode se combinar com outras atividades, tais

⁴ A época do convênio, Universidade de Paris X – Nanterre. Aspectos da história desses encontros foram relatados em capítulo de livro em homenagem a Isaac Joseph: MELLO, M. A. da Silva et al. Si tu vas à Rio!: l'expérience brésilienne d'Isaac Joseph. In: CEFAÏ, D.; SATURNO, C. (Org.). *Parcours d'un pragmatiste*. Paris: Economica, 2007, retomado em nova versão como posfácio deste livro.

⁵ CEFAÏ, D. *L'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2003.

como entrevistas, do questionário mais formalizado à conversa mais corriqueira; pode recorrer às abordagens sistemáticas sobre desenhos cartográficos ou dados estatísticos; pode, enfim, incluir os métodos de análise de documentos escritos ou iconográficos, na pesquisa arquivística ou museográfica. Mas, praticamente em todos os casos, a reflexão está enraizada numa coleta de dados *in vivo*, na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e com o seu território, e na recusa de explicações “transcendentais”, cujas as categorias e as hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão. Fora disso, a reprodução de modelos acaba tornando-se lugar-comum.

Não é preciso dizer – embora para alguns sociólogos e cientistas políticos entre nós se faça necessário – que temos uma formação que tem nos iniciado em direção à antropologia social e à antropologia cultural. Clifford Geertz, Victor Turner e Marshall Sahlins são, para cada um de nós, os autores-chave que tivemos a sorte, os mais antigos, de conhecer e frequentar em nosso percurso intelectual. Há também uma linhagem propriamente brasileira dessa perspectiva. Kant de Lima e Marco Antonio Mello, que foram formados por Luiz de Castro Faria, Wagner Neves Rocha e Roberto da Matta, iniciaram, ambos, suas atividades de pesquisa em torno da etnografia da pesca,⁶ antes de se debruçarem, respectivamente, sobre as temáticas da cidade,⁷ da polícia e do sistema de justiça criminal.⁸ Alguns dos doutorandos e pesquisadores que participam desse projeto coletivo já publicaram artigos e livros, nos quais desenvolvem, por exemplo, uma antropologia histórica da saúde pública,⁹ a descrição etnográfica de ciclos rituais festivos e religiosos,¹⁰ etnografia de conflitos envolvendo

⁶ KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed.UFF, 1997; MELLO, M. A. da Silva; VOGEL, A. *Gente das areias*. Niterói: EdUFF, 2004.

⁷ VOGEL, A.; MELLO, M. A. da Silva Santos, C.N.F. et al. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: FINEP: IBAM: Ed. Projeto, 1983.

⁸ KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

⁹ VIEIRA DA CUNHA, N. *Viagem, experiência, e memória: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, SP: EdUSC, 2004.

¹⁰ BRANDÃO COUTO, P. A. *Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito*. Niterói: EdUFF, 2003; BEROCAN VEIGA, F. A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN: CNFCP, 2005.

pescadores pelo uso do espaço da praia,¹¹ demandas de direitos de grupos minoritários,¹² etnografias de bairros¹³ etc.

Sendo assim, podemos destacar três elementos:

Em primeiro lugar, em cada abordagem de temas sensivelmente diferentes, o peso concedido à *análise situacional*,¹⁴ expressão que podemos encontrar tanto em Max Gluckmann quanto em Erving Goffman,¹⁵ e que marca a importância de Chicago e Manchester no que diz respeito à constituição de uma descrição minuciosa de situações de co-presença. A ordem processual da interação permite entradas muito mais gerais, possibilitando observar as pessoas, os representantes de entidades coletivas, empresas e organizações, demonstrando as relações de desigualdade, de discriminação ou de dominação no trabalho, da forma como elas se fundam concretamente. O observador engaja-se nos enredos (*plots*) nos quais se torna ator e espectador e que compõem nada mais do que outra instância do *drama social* de Victor Turner ou da narrativa histórica de Wilhelm Schapp. Portanto, é preciso dar o merecido lugar de destaque às situações sociais, há muito negligenciadas por todas as formas de análise estruturalista, e afirmar que não há explicações etnográficas nem interpretações suficientes, se não estiverem ancoradas na observação e na descrição das situações.

Disso resulta o segundo elemento: a sensibilidade à dimensão simbólica, mítica, ritual e dramática, em face das experiências individuais e coletivas dos atores. De encontro às abordagens mais positivistas, a *demarche* do pesquisador é aqui claramente indissociável da

¹¹ PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: EDUFF, 2000; CUNHA, D. G. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

¹² MOTA F. R. Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria. (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofia, 2006.

¹³ LEITÃO, W. M. Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p.173-197, 2004.

¹⁴ GLUCKMAN M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987; VAN VELSEN, J. A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

¹⁵ GOFFMAN, E. The neglected situation. *American Anthropologist*, New York, v. 66, n. 6, p. 133-136, 1964; _____. The Interaction Order. American Sociological Association, 1982, Presidential Address. *American Sociological Review*, New York, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

aprendizagem das atividades do “fazer sentido” (*meaning making*), por meio das quais todos os seres humanos, dos brutos aos mais sofisticados, organizam uma experiência de si, do outro e do mundo. As pressões morais de ordem ecológica ou econômica, por exemplo, não devem ser esquecidas, mas somente são inteligíveis a partir do ponto de vista do nativo e apenas podem ser situadas nos contextos da experiência. Podemos, ainda, reconstruir as *estruturas culturais* ou as *formas simbólicas*,¹⁶ que devemos retomar no movimento de sua instituição histórica,¹⁷ mas não podemos perder de vista que os sentidos e significados se constituem no contexto da ação e da situação social. Não podemos, assim, reduzir os contextos de sentido que se constituem no exercício da vida associativa a uma espécie de sombra generalizante e portadora de “culturas” ou de “tradições” nacionais: é preciso descrever precisamente, em cada lugar e em cada momento, de que modo categorias, argumentos, dramas e narrativas adquirem sentido por parte de seus produtores e receptores. Se podemos, em grandes traços, fabricar tipos culturais, embora sob o risco de cair em estereótipos, devemos também e principalmente examinar *in situ* os modos múltiplos pelos quais os atores assimilam e acomodam, inventam, distorcem, utilizam ou recusam significados. É preciso, pois, seguir as ações simbólicas em vez de congelar os sistemas simbólicos, fixados pela obsessão culturalista.

O terceiro elemento, enfim, é a recusa em se dissociar os questionamentos culturais dos sociais. Falar em associação não é somente focalizar os rituais e o imaginário, os universos simbólicos, as utopias cívicas e as denúncias públicas, mas estudar igualmente as formas sociais. As associações são *meios de sociabilidade e de socialização*: elas oferecem um observatório ideal a uma microsociologia das interações e das conversações. Permitem também dar conta da dualidade simmeliana da ponte e da porta,¹⁸ ora ligando pessoas, ora impondo barreiras: elas aproximam e reatam, instituindo novos polos de existência coletiva e, a um só golpe, separam e muitas vezes excluem. Assim, as associações dissociam tanto quanto associam. Entretanto, as associações ressaltam também uma sociologia das organizações: para existir, elas devem mobilizar recursos, se ajustar ao ambiente, produzir uma divisão do trabalho e uma repartição da autoridade, se

¹⁶ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

¹⁷ SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

¹⁸ SIMMEL, G. A Ponte e a porta. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 12, p. 10-14, set. 1996.

assegurar do engajamento das competências e da convergência de energias. Elas estão engajadas em relações de cooperação e de competição recíproca e com as outras organizações, nas lutas ecológicas por sua sobrevivência e em colaborações com vistas a objetivos comuns. Enfim, as associações são exatamente os nós das redes sociais. São verdadeiras incubadoras de relações sociais, que contribuem para criar as mais variadas frentes de aliança e de oposição. Tanto redesenham as tramas de relações interpessoais quanto ocupam posições relevantes nas tramas de relações interorganizacionais.

Análise de situações concretas, antropologia social e antropologia cultural. Mas também *etnografia moral e política*. Uma atenção particular dirige-se aos significados normativos que os atores dão a seus engajamentos nos contextos da experiência. Eles entram em disputas em torno de provas de decência, de respeito ou dignidade, de liberdade, de direito e de justiça. Eles se afrontam pela troca de críticas, de denúncias e de reivindicações e se referem às “economias morais” do bem e do mal, do aceitável e do intolerável, do autorizado ou do ilegítimo. E eles não cessam, diante de suas tomadas de posição, de transformar os jogos de poder nos quais estão presos – irreduzíveis às simples relações de dominação, quedas-de-braço ou conflitos de interesse.

2 Uma perspectiva microssociológica e pragmatista: a república *in situ*

O diálogo entre colegas franceses e brasileiros, cujo momento inaugural foi o Colóquio de Cerisy-la-Salle de 1999, conduziu a um entrecruzamento entre essas abordagens antropológicas e a um *questionamento microssociológico e pragmatista*.¹⁹

“Não há domínio próprio à microssociologia. Tudo na realidade vai do micro ao macro e se declina em fenômenos infinitesimais”, dizia Isaac Joseph.²⁰ No entanto, um repertório de conceitos, que não tem nada de exaustivo, constituído ao longo do tempo, nos permite observar a complexidade das situações e operar com alguns conceitos-chave:

¹⁹ As atas desse congresso foram publicadas em: JOSEPH, I.; CEFAÏ, D. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves du civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

²⁰ JOSEPH, I. *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF, 1998. (Trad. *Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000); _____. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Économica, 2007.

civilidades, rituais, dramas, lugares, ocasiões, capacidades, competências, quadros, contextos, engajamentos, faces, figuração, interação, ordem pública, posição, vulnerabilidade, reparação, território, redes, situação. Há nelas as pistas que foram percorridas pela antropologia urbana,²¹ nos estudos dos espaços públicos, mas que têm sido menos exploradas pela sociologia política.

Em poucas palavras, um percurso alternativo foi sendo traçado e aplicado nas pesquisas acerca dos fenômenos civícos e políticos. Ele dá conta de casos (*case method*) que organizam as constelações espaço-temporais das situações. Visa demonstrar o que significa concretamente *in situ* democracia e república; como se articulam os usos de direitos, as identidades comunitárias e as relações profissionais; ou, ainda, como se combinam as relações entre mercado, religião e política. A partir desse repertório de questões, foi mapeada uma série de problemas, que foram, durante todos esses anos, os eixos de cooperação entre Paris-Nanterre e Rio-Niterói. Poderíamos hoje em dia formulá-los do seguinte modo:

- a) Como uma *sociologia da intimidade e da proximidade* pode dar conta dos modos de viver das pessoas em relação, de gerar sentimentos sociais e de aplicar categorias morais?²² Como essas relações de interação com outras pessoas, bens ou coletividades de ordem privada, tais como são vivenciadas nas situações de apego à vida de um bairro, da defesa de um fragmento do meio-ambiente ou da proteção dos interesses de um grupo profissional, étnico (índios, quilombolas, ciganos) ou religioso (sufis), vêm-se referir a princípios universais da moral, do direito ou da justiça?²³ Em que medida conduziriam (ou não) à mobilização das instituições republicanas, apelando (ou não) ao julgamento da opinião pública, recorrendo (ou não) à força da lei e do tribunal, invocando (ou não) os princípios de igualdade e de equidade

²¹ JOSEPH, I. *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues : Éditions de l'Aube, 1998.

²² BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Dir.). *Les sens du public*: publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003; BREVIGLIERI, M. L'usage et l'habiter: contribution à une sociologie de la proximité, à paraître à Paris. Tese de doutorado EHESS, Paris, 1999.

²³ VIDAL, D. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-283, 2003; _____. *Les bonnes de Rio de Janeiro*: emploi domestique et société démocratique. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

entre sujeitos de direito?²⁴ Como as situações de conflito pessoal resultam, na França e no Brasil, em tipos de justificação, denúncia ou reivindicação públicas; e quais são os sujeitos de direito em evidência – cidadãos, habitantes (Belleville, Catumbi, Acari, Nova Iguaçu), comerciantes (Saara), trabalhadores (domésticas, prostitutas), consumidores, usuários, membros de comunidade local (Itacaré) ou de um território indígena (Tupiniquim-Guarani)? Qual é o encadeamento que conduz as provas de sentimentos de injustiça à formulação de discursos de protesto nos espaços públicos (de proximidades ou mediados pelos meios de comunicação de massa e por instituições estatais), à organização de ações coletivas (constituição de associações, sensibilização de auditórios, mobilização de *constituencies*) e aos recursos apelativos das instituições judiciárias (“*blaming, claiming, naming*”), cujo papel é regular os litígios, obter reparações às penas e fazer reconhecer os direitos?

- b) Como abordar uma *sociologia dos conflitos nos espaços públicos urbanos e não-urbanos*? Quais são as variáveis e nuances de significado da ideia de “público” no Brasil?²⁵ Como dar conta das formas de incompatibilidade e de conflito que não se resumem aos combates entre grupos de interesses ou às lutas pela apropriação de recursos – que se coloca na demarcação de Reservas Extrativistas (Arraial do Cabo) e de Terras Indígenas (Aracruz) em áreas disputadas para outros fins, na valorização de territórios como relevantes do “comum” ou do “público”, apoiando-se nos direitos de uso (Itacaré) ou de herança (Marambaia)? O que a microssociologia pode nos ensinar sobre a constituição dos laços civis ou sobre a emergência de problemas públicos? Enquanto na França uma gramática de direitos cívicos exprime de imediato a desigualdade como algo insuportável, a análise de situações problemáticas de conflitos no Brasil testemunha que essa igualdade de direitos nem sempre é permanente. O que, entretanto, os signos de transformação das maneiras de ser e de se reportar aos outros podem revelar, em vez de uma representação fortemente

²⁴ CEFAÏ, D.; TROM D. (Dir.). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001; CEFAÏ, D. *Pourquoi se mobilise-t-on?: théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.

²⁵ KANT DE LIMA, R. Police, Justice et société au Brésil: comparer des modèles d'administration des conflits dans l'espace public. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 193-210.

culturalista da desigualdade e da hierarquia? Como prolongar o trabalho pioneiro de Roberto da Matta e descrever com elegância, de um modo etnográfico, as mudanças dos regimes de interação e das categorizações morais, cívicas e jurídicas?²⁶ Recorrendo aos métodos da microsociologia, é possível envolver mais de perto as situações de gestão de tensões nos territórios urbanos ou de litígios em torno de lugares de aptidão turística, ecológica e marítima? Quais são os modos de resolução que colocam em cena os atores locais? Em que medida as instâncias estatais estão implicadas nesses processos? Quais são os outros atores envolvidos na ação: ONGs, igreja católica ou igrejas evangélicas, universidades etc.? Como a ação de policiais, juízes e outros agentes, supostos garantidores da ordem pública, é percebida, acionada ou evitada pelos cidadãos comuns?

- c) Como uma *sociologia de situações de mobilização, de protesto e de reivindicação* pode ser transponível entre a França e o Brasil? Podemos operar com a transferência de problemáticas, de conceitos e de métodos entre associações que têm objetivos tão diversos quanto a vida do bairro, a transformação urbana, os problemas ambientais ou de segurança, a política de transportes, os direitos das mulheres ou a luta contra a AIDS? Quais são as formas da vida associativa no Brasil? Qual o significado da categoria “associação” no direito, na política, no discurso filantrópico das ONGs, para as redes de economia solidária, ou, ainda, simplesmente, na vida cotidiana? Quais são os léxicos ou os vocabulários utilizados em suas reivindicações? Como as dinâmicas do engajamento coletivo, as formas de justificação pública e os dispositivos de ação da vida associativa são postos em movimento para se fazer reconhecer situações de não-direito ou de injustiça, para se exigir indenização aos desempregados ou para se reclamar o respeito aos direitos civis ou sociais? Quais são os repertórios de ação e de justificação que são desempenhados pelos membros das associações? A que retóricas de bem público recorrem os atores? Sobre quais noções de direito se apoiam? Em que contextos evocam os discursos da “justiça social”, da “solidariedade republicana”, da “caridade cristã” ou do “laço comunitário”? Incorporam os dispositivos da ação pública

²⁶ KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

e, se o fazem, quais são esses dispositivos? Que engrenagens híbridas são acionadas entre engajamentos locais, atos de fundação e organizações privadas, agências administrativas, organizações comunitárias e redes clientelistas nas arenas públicas? E, finalmente, em torno de quais “problemas”, “escândalos”, “assuntos” ou “questões” se desdobram as ações?

3 Estratégias de uma pesquisa sobre associações: uma abordagem alternativa

Chegamos, enfim, ao tema deste livro: uma pesquisa sobre as associações, que seja também uma microsociologia ou uma antropologia dos laços civis e dos engajamentos cívicos, e que inclua uma dimensão de análise da formação dos problemas públicos e do regulamento do direito, dos conflitos e litígios.

3.1 Deconstruir certas crenças da teoria política

Em primeiro plano, assinalaremos que a pesquisa de campo nos permitirá o distanciamento de certas utopias políticas: do comunitarismo, do republicanismo cívico e do capital social, da economia solidária e da democracia associativa.

- a) Os comunitaristas como A. Etzioni, M. Sandel ou P. Selznick, pensam poder recuperar os princípios elementares da democracia com a revitalização das comunidades familiares, geracionais, territoriais, étnicas, linguísticas, religiosas ou profissionais. A associação forneceria os pontos de reparo e de orientação num mundo em que os processos de racionalização e de secularização tendem a dissolver as formas de solidariedade social, a abolir as evidências morais, a corromper as certezas políticas, a mergulhar num isolamento psíquico e a favorecer as condutas egoístas. Ela induz um sentido de obrigação e de responsabilidade face a face em uma comunidade transcendente – mesmo alguns a acusando de ser cúmplice de uma balcanização dos corpos cívicos e da multiplicação de políticas de identidades. As associações revitalizam as “comunidades” – a *neighborhood democracy* se enraiza nas ações das organizações comunitárias.
- b) As propriedades imputadas à associação não são muito diferentes numa perspectiva republicana, ainda que a referência comunitária seja eclipsada pelas figuras do contrato voluntário. M. Walzer, J. Cohen ou B. Barber insistem, assim, nos princípios de uma

democracia forte fundada sobre um “associativismo cívico”,²⁷ que revitalizaria a sociedade civil e expressaria efetivamente os direitos formais, e submergindo-as por uma dinâmica de *empowerment*, reforçaria as capacidades cívicas pelo exercício da democracia participativa. Sem ir longe também na ficção política, apesar da referência recorrente à J. Dewey e J. Addams, os “capitalistas sociais”,²⁸ cujo o nome mais proeminente é R. Putnam, comentam sobre toda sorte de grupos cívicos – de clubes de boliche às congregações religiosas, de clubes de bairro aos grupos de dança local – para contrapor-se aos processos de individualização, de mercantilização e de mediatização que corroem a sociedade civil.

- c) Essa visão de uma regeneração cívica e política que passa pela associação é partilhada pelas abordagens mais econômicas do problema. A perspectiva sobre o terceiro setor de A. Evers ou de J.-L. Laville aposta também no poder de auto-organização da sociedade civil, sobre a possibilidade de ocupar os domínios deixados pelo Estado e pelo mercado,²⁹ e de impulsionar circuitos de produção e de difusão de bens e de serviços pelos principais interesses. As associações participam como peças-chave das novas formas de “governança” em matéria de urbanismo, de segurança, saúde, educação e lazer. Têm também outras virtudes: restitui o tecido social e ressocializa os indivíduos “desfilhados”, e engendra um grosso volume de empregos em situações de desemprego generalizado, devolve aos consumidores uma perspectiva sobre o mundo da vida cotidiana – e, finalmente, promove uma autonomia individual e coletiva. Nessas versões mais radicais, essa perspectiva dá lugar às visões da “democracia participativa”.³⁰

As associações apresentariam, assim, algumas vantagens, se comparadas às empresas e às administrações. Elas se caracterizariam por uma

²⁷ CHANIAL, P. *Justice, don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte, 2001.

²⁸ A expressão é de Ota de Leonardis, referindo-se a: PUTNAM, R. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster, 2000; PUTNAM, R.; FELDSTEIN, R.; DON, Cohen. *Better together: restoring the american community*. New York: Simon & Schuster, 2003.

²⁹ LAVILLE, J.-L. et al. *Association, démocratie et société civile*. Paris: La Découverte, Mauss et Crida, 2001.

³⁰ HIRST, P. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press, 1994; COHEN, J.; ROGERS, J. *Associations and democracy*. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

forte solidariedade interna, cimentada pelo engajamento voluntário, que sobrepuja as fraquezas devidas, as estratégias econômicas ou as rotinas burocráticas para regular os problemas públicos. Elas teriam uma grande capacidade de resposta aos eventos e de ajustamento à fluidez do ambiente, em razão de sua flexibilidade em matéria de gestão e de compatibilidade e de sua proximidade das preocupações do mundo ordinário. Elas apreenderiam as situações em suas singularidades e não somente em virtude de critérios universais do lucro ou do direito. Elas seriam compostas pelas lógicas da experiência e da ação do público, do mercado e do Estado. Mas o argumento mais difundido é o da “espiral cívica” – espiral virtuosa de proliferação de públicos associativos.³¹ Ao participarem de grupos cívicos, os indivíduos contribuiriam para a disseminação de conexões sociais, para a acumulação de capital social pelas dinâmicas de *bridging* (abertura e conexão sobre outros grupamentos associativos) e para o aumento da mistura social, étnica e religiosa (em contato com indivíduos ou grupos segmentados). Frequentemente, seriam eles mesmos membros de diversas associações ou refundariam outras novas, convencendo outras pessoas a se engajarem ao seu redor e provocando reações em cadeia. Pouco a pouco, essas redes mais ou menos formalizadas de relações de confiança, de cooperação e de comunicação se entrecruzariam e se estenderiam.

As associações seriam, ainda, meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social. Elas tirariam os indivíduos de seu isolamento, expandindo seus horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro, transpassando as fronteiras simbólicas entre registros de atividades e das fronteiras sociais, religiosas, ou culturais. Num plano mais político, as associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. Elas lhes dariam a oportunidade de investigar e de experimentar, de comunicar e de raciocinar coletivamente. Elas seriam laboratórios da vida cívica e escolas de democracia deliberativa, lugares de formação em civismo e mediações da sociedade civil. Pela força de exemplo, as associações, crescendo e se multiplicando, poderiam assim fundar novamente uma “política da

³¹ Essa tese foi criticada por P. Lichterman, em: *Elusive togetherness: religious groups and civic engagement in America*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

sociedade civil”. A menos que elas favoreçam, em oposição a esses efeitos, um fechamento sobre si mesmos de grupos profissionais, étnicos ou religiosos, com a intensificação de fenômenos de *bonding* (reforço das solidariedades exclusivas no interior de grupamentos associativos) e a multiplicação de condutas do tipo *NIMBY*.³²

Todos esses elementos não devem ser tomados, em primeiro plano, como as evidências que são para os promotores ou para os adversários das associações de voluntários. Eles devem ser colocados à prova da pesquisa, para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas. Esses tipos de discurso estão todos presentes no Brasil. Mas parece-nos importante não limitar a pesquisa a um trabalho exclusivamente teórico de análises de textos – que se referem implicitamente a outros contextos. Um verdadeiro esforço de compreensão comparativa impõe que se leve em conta a história do desenvolvimento, da recepção e da aplicação desses diferentes conjuntos de argumentos e práticas que lhes correspondem em contextos diferentes.

As reflexões sobre a política multicultural e sobre a identidade étnica, sobre a questão social ou sobre a liberalização econômica, não soam da mesma maneira dependendo de onde nos encontremos. O mesmo acontece com o engajamento associativo, a organização comunitária, a sociedade civil ou o terceiro setor, não tem senão a aparência da similitude. Se quisermos ter um encaminhamento que possua uma pertinência comparativa, será necessária uma *pesquisa de semântica sociológica*, na qual se analisem os usos feitos desses diferentes conjuntos de argumentos em política pública, na pesquisa universitária e na prática militante. Os sentidos das categorias que parecem bem definidas no contexto da teoria moral e política se transformam, logo que as transplantemos de um universo social a outro.

³² *NIMBY*: *Not in my backyard*, ou seja, “fora de meu quintal”. Essa expressão significa que os atores aceitam que uma obra de infraestrutura pública como, por exemplo, uma linha de alta-tensão, uma rodovia, uma usina nuclear ou uma via férrea se instale em qualquer lugar, sobre os terrenos de seus vizinhos, desde que sua propriedade se encontre fora de perigo. Os processos de generalização e de globalização substituíram a síndrome *NIMBY* ou *NIMEY* (*Not In My Electoral Yard*, “fora de meu quintal eleitoral”) por um processo de redistribuição *LULU* (*Locally Unwanted Land Uses*, “usos da terra localmente indesejados”). Ou ainda por uma defesa de posições mais universalistas: *BANANA* (*Build Absolutely Nothing Anywhere Near Anyone*, “não construir absolutamente nada em lugar nenhum e perto de ninguém”), *NIABY* (*Not In Anybody’s Backyard*, “fora do quintal de qualquer um”) ou *NOPE* (*Not On the Planet Earth*, “não no Planeta Terra”).

1 - Começamos pelo conceito de “comunidade”. Ele é reprovado na França, porque evoca a divisão das facções de uma República suposta una e indivisível, e porque parece irremediavelmente manchado pela marca do interesse particular ao encontro do interesse geral. A comunidade tem um sentido pejorativo: ela é utilizada para estigmatizar e denunciar todo tipo de localismos, de etnicismos e de corporativismos.³³ É, por outro lado, uma das categorias mais usuais para designar as formas de vida coletiva nos Estados Unidos.³⁴ Um certo número de associações é pensado ali como *community organizations*, um termo que existe desde o começo do século XX, muito marcado pelo ideal de engajamento cívico defendido por Saul Alinsky e que deu lugar a utopias políticas muito grandes, de autodesenvolvimento e, às vezes, de autogoverno comunitário. A comunidade é frequentemente ligada ao fortalecimento da democracia local e a um modo de formação de uma cidadania do *neighborhood*,³⁵ mas ela remete também a comunidades ao mesmo tempo de raça e religião, hoje o fundamento mais ativo da atividade sindical e do movimento social.

No Brasil, a ideia de comunidade está ligada à atividade do “*trabalho comunitário*” e à técnica do “desenvolvimento *comunitário*”. Assistentes sociais da administração municipal do Rio de Janeiro criavam, desde a década de 1940, associações de moradores nas favelas e partilhavam com a Igreja Católica o controle da assistência aos pobres. A instituição caritativa da Fundação Leão XIII instalava *bicas de água* e abria vias públicas apoiados pela prática mais antiga do *mutirão*. Depois, a partir dos anos 1960-70, os *Peace Corps* e, a partir dos anos 1980, as ONGs, se apoiaram em um certo tipo de discurso sobre a “comunidade”. Dispomos hoje de um certo número de dados sobre esse tipo de associações de *bairro* e de *moradores*, a começar pelos trabalhos dos Leeds e os artigos clássicos de L. A. Machado

³³ MOTA, F. R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direito e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese (Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

³⁴ VIDAL, D. Concevoir la communauté: l’efficacité d’une catégorie socio-spatiale au Brésil. In: MONNET, J. (Dir.). *Espace, temps et pouvoir dans le nouveau monde*. Paris: Anthropos, 1996; et son livre *La politique au quartier: rapports sociaux et citoyenneté* à Recife. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1998. (Collection Brasília).

³⁵ THOMSON, K. *From neighborhood to nation: the democratic foundations of civil society*. Hanover: University Press of New England, 2001.

da Silva e de L. Valladares,³⁶ ou A. Zaluar ou W. G. dos Santos sobre as “organizações populares”.³⁷ Mais recentemente, as *associações de moradores* ou de *amigos do bairro* multiplicaram seus objetivos: *trânsito, poluição, saúde, educação, áreas verdes, segurança pública, qualidade dos serviços públicos, recuperação de áreas centrais*. Elas são mais do que nunca apoiadas e financiadas por entidades estrangeiras, lidam com populações cada vez mais móveis e heterogêneas, mesmo nas favelas que passavam por protótipo da comunidade.

A ideia de comunidade tem igualmente uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países da América do Sul. Ela foi o objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Ela sustentou todo o *trabalho de educação popular*, cujos *métodos de conscientização* de Paulo Freire estão ainda nas memórias. Ela igualmente esteve no coração das práticas radicais da *teologia da libertação*, deste retorno ao da *Igreja dos pobres*, pela geração de padres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara.³⁸ A associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística da Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais. A comunidade não é, então, somente uma fantasia do Antigo Regime, como na França, ela não remete tampouco à história das seitas protestantes e das repúblicas locais, como nos Estados Unidos. Ela é uma unidade vivida e praticada da ação coletiva, frequentemente inscrita no território e na população, às vezes portadora de uma forte conotação mística – “povo da revolução” ou “povo de Deus” –, quase sempre ligada a tarefas

³⁶ Como pioneiros: SILVA, L. A. Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 9, p. 35-47, 1967; VALLADARES, L. Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, p. 1390-1403, 1977; LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Et plus tard: BOSCHI, R. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1987.

³⁷ ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985; SANTOS, W. G. dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

³⁸ Sobre a ação de Dom Helder Câmara diante das políticas de remoção das favelas cariocas, ver SIMÕES, S. S. *Cruzada São Sebastião: etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

de resolução das carências sociais, e dando lugar, na ocasião, a um registro formal no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

2 - A noção de sociedade civil, por muito tempo criticada por uma literatura marxista, conheceu um verdadeiro renascimento nos anos 1980-90, em concomitância com a descoberta da noção de espaço público³⁹ em Arendt e Habermas. Ela foi desenvolvida de modo exponencial em relação às esperanças da emergência de uma nova sociedade brasileira, livre das feridas do clientelismo e do paternalismo – dando lugar ao que aparece retrospectivamente como uma verdadeira mitologia política da “transição democrática”. Alguns analisavam, sem ênfase, a “transição conservadora”, dirigida do alto. Eles mostravam, seguindo o caminho de P. Schmitter,⁴⁰ os acordos neo-corporativistas que se instalavam e analisavam as associações como articulações das “intermediações” entre grupos de interesse profissionais, étnicos, sociais, territoriais, e o poder público.⁴¹ Outros se lançavam, opostamente, em uma carreira apologética das mutações em curso – a exaltação de um “novo associativismo” estando no coração desta “refundação”.⁴² Esse discurso sobre a sociedade civil correspondia claramente a um esforço performático para propor uma concepção da cidadania fundamentada no direito, e oposta às restrições corporativistas ou militaristas até ali conhecidas. Ele era mais interessante quando ele se juntava à interrogação de seu significado na história do Brasil – fosse sobre a história da

³⁹ TELLES, V. da. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. *Cultures of politics/Politics of cultures*. Boulder: Westview Press, 1998.

⁴⁰ STREECK, W.; SCHMITTER, P. C. Community, market, state and associations?: the prospective control of interest governance to social order. In: _____. (Ed.). *Private interest government: beyond market and the state*, London: Sage, 1985. p. 1-29; DINIZ, E.; BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio-Fundo Editoras, 1989.

⁴¹ LABRA, M. E. Associativismo no setor saúde brasileiro e organização de interesses do empresariado médico. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 193-225, 1994; LABRA, M. E. Análise de políticas, policy making e intermediação de interesses: uma revisão. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131-166, 1999.

⁴² AVRITZER, L. *Democracy and the public sphere in Latin América*. Princeton: Princeton University Press, 2002; AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 39, p. 148-174, 1997; AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.

República por Murilo de Carvalho ou sobre a formação de uma “cidadania regulada” por Wanderley Guilherme dos Santos.

Esse discurso universitário se encontrou, de um modo muito ambivalente, com o discurso político da “terceira via” do governo Fernando Henrique Cardoso, justificando o desenvolvimento de novas formas de cooperação entre o público e o privado. Muitas associações foram integradas aos dispositivos de política pública – esse processo conduziu a apreciações variáveis, indo da crítica da defecção, pelo Estado, de suas missões de serviço público e os riscos de “desmanche” dos ganhos da cidadania desde o fim da ditadura,⁴³ à autoglorificação das redes de ONGs que se tornaram pilares dessa “nova sociedade civil”. Essas medidas tiveram por efeito o crescimento do lugar concedido às associações nas políticas públicas. Essa nova distribuição de poder conduziu a dois tipos de observações: de um lado, a descrição das experiências e a apreciação de suas novas contribuições,⁴⁴ particularmente na área social;⁴⁵ de outro, a constatação de formas perversas com a obrigação de se associar visando a participação no planejamento urbano⁴⁶ ou a crítica da “refilantropização da questão social”, sob o pretexto de flexibilização das políticas sociais.⁴⁷

Desde os anos 1980, nós assistimos à explosão das ONGs.⁴⁸ Elas são de tamanho reduzido e se dedicam a fornecer uma ajuda especializada num determinado domínio (saúde, educação, meio ambiente, violência

⁴³ OLIVEIRA, I. Crítica à Razão Tralista. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁴⁴ ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997; _____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999; LUCHINI, A. de M.; SOUZA, M. D.; PINTO A. L. Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: O caso da gestão da água. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-94, 2003.

⁴⁵ ARRETICHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999; SOUZA, W. da S. Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 933-939, 2001; LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

⁴⁶ VARELLA, A. *O dever de cidadania: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil*. Capítulo publicado neste livro.

⁴⁷ YAZBECK, C. A política social brasileira nos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*, [S.l.], 1995; TELLES, V. *No fio da navalha: entre carências e direitos*. São Paulo: Polis, 1998.

⁴⁸ Para um panorama: FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 65-85. Ver também MOÇOUÇA P. S. As ONG's: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, 1995.

etc.) ou a um grupo determinado (meninos de rua, Afro-Brasileiros, populações indígenas, mulheres etc.). Elas criam, então, com o apoio financeiro e logístico de fundações filantrópicas ou de organismos intergovernamentais, micro-organizações, às vezes interligadas em rede, trabalhando para reduzir situações de injustiça social ou para garantir direitos cívicos ou políticos. Estudos foram publicados sobre suas ligações com o Movimento dos Sem-Terra,⁴⁹ sobre as estratégias de desenvolvimento que elas apoiam⁵⁰, sobre suas ações junto a meninos de rua⁵¹ ou em favor da saúde ou da ecologia⁵² etc. Mas as pesquisas sobre seu funcionamento concreto, no campo, são raras – e dormem talvez nos relatórios internos financiados por suas matrizes.

3 - Paralelamente, o léxico do capital social se generalizou, relançado pelo sucesso de *Bowling Alone* de R. Putnam, e adotado desde então pelo Banco Mundial, por organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais. O capital social torna-se a panaceia para a recomposição de uma “cultura participativa”⁵³ e as benfeitorias do “desenvolvimento cívico” se fariam sentir nas redes de política social,⁵⁴ assim como nas redes do terceiro setor.⁵⁵ A proximidade comunitária seria um fundamento para esse bem raro que é a confiança cívica, dos cidadãos entre si ou diante das instituições.⁵⁶ Mas pode-se aqui também se interrogar sobre o sentido destes conceitos, a se constatar o forte grau de interconhecimento e de sociabilidade que é própria a certos bairros desfavorecidos, nos quais floresce hoje todo tipo de delinquência

⁴⁹ GOHN, M. da G. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

⁵⁰ ÁLVARES, L.C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 10, p. 39-61, 2000.

⁵¹ VALLADARES, L.; IMPELIZIERI, F. *Ação invisível: um censo a partir do Urbandata*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992. (um censo a partir do Urbandata).

⁵² MATTOS, S. M. da Silva Nunes; DRUMMOND J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: NGO's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 24, p. 177-192, 2005.

⁵³ BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 83-108, 2003.

⁵⁴ COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 47-163, 2003.

⁵⁵ ROCHA HECKERT, C.; TERRA DA SILVA, M. A formação de redes para o desenvolvimento do terceiro setor [200-]. Disponível em: < [⁵⁶ FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995; et le recueil de textes de WARREN, M. E. \(Ed.\). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.](http://formacoedefale.pbworks.com/f/A+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Redes+para+o+Desenvolvimento+do+Terceiro+Setor.doc.>.</p></div><div data-bbox=)

organizada. O capital social seria desviado pelas associações criminais?

A literatura sobre a democracia participativa e sobre a economia solidária está igualmente em plena expansão. Ela se encontra, sob muitos aspectos, com os outros domínios que acabamos de mencionar. A participação remete ao ideal de uma cidadania ativa,⁵⁷ e prolonga a defesa dos movimentos populares e dos movimentos sociais que emergiram desde o começo dos anos 1980.⁵⁸ Mais recentemente, certo número de experimentos transformou essa problemática: as organizações de movimentos sociais estão, de modo mais institucional, mas com o mesmo entusiasmo utópico, reenquadradas em relação a políticas públicas.⁵⁹ E os sucessos relativos de certos conselhos gestores⁶⁰ e orçamentos participativos⁶¹ conduziram a reavaliar o alcance em termos de democracia participativa, de *underclass empowerment* e de *civic governance*.⁶² Resta que, se nos distanciamos dos projetos normativos para observar de mais perto o que se passa, parece que as práticas mais clássicas do clientelismo e do paternalismo continuam a operar no próprio seio dos dispositivos cívicos mais citados⁶³ – as

⁵⁷ BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

⁵⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; KRISCHKE, P.; SCHERER-WARREN, I. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e uma síntese de P. Jacobi: *Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80*. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 23, 1987.

⁵⁹ TIRIBA, L. Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto e Educação*, São Paulo, v. 54, p. 53-79, 1999; FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Economia solidária e movimentos sociais. In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, Â.; SCHIOCHET, V. (Org.). *Políticas públicas de economia solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Ed. da UFPE, 2006. v. 1, p. 59-108.

⁶⁰ GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

⁶¹ SOUSA SANTOS, B. de. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics and Society*, Los Altos, v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998; BAIOCCHI, G. Participation, activism, and politics: the Porto Alegre experiment. *Politics and Society*, Los Altos, v. 29, n. 1, p. 43-72, 2001; BAIOCCHI, G. (Ed.). *Radicals in power: the workers' party and experiments in urban democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2002; AVRITZER, L.; PIRES, R. R. Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

⁶² FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004. E as coletâneas FUNG, A.; WRIGHT E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance (The Real Utopias Project IV)*. London: Verso, 2003; BACQUÉ, M.-H.; REY, H.; SINTOMER, Y. (Ed.). *Gestion de proximité et démocratie participative*. Paris: La Découverte, 2005.

⁶³ BEZERRA, M. O. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999; _____. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

perspectivas mais finas mostrando a difícil desvinculação dos processos participativos das modalidades da política comum.⁶⁴

Enfim, seja em São Paulo em torno de P. Singer,⁶⁵ no Mato Grosso⁶⁶ ou na Bahia,⁶⁷ em que particularidades regionais são reivindicadas pela economia solidária,⁶⁸ parece que os vagões brasileiros estão engatados ao trem da encenação de uma revolução global. Uma “sociedade civil global” tece seu pano, através das *transnational social movement organizations* e dos *transnational advocacy networks*.⁶⁹ As experiências brasileiras, diante dos Fóruns Sociais, se encaixam assim em imensas redes de circulação de informação, de coordenação e de deliberação. O projeto é claramente político. Um verdadeiro esforço jurídico e teórico é, entretanto, conduzido para tentar delimitar as categorias de economia solidária, economia popular, economia social e terceiro setor⁷⁰ e para apontar algumas das dificuldades do amálgama estatístico⁷¹ e analítico⁷² de todos os tipos de associações, com funções múltiplas e em contextos diferentes. Já é difícil juntar sob a mesma rubrica entidades com disparate de *status* no campo do Direito: *associações voluntárias, organizações comunitárias, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, fundações, igrejas e seitas, organizações sociais (OS), projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos* etc. Mas logo que se recupera a complexidade

⁶⁴ VIDAL, D. Décentralisation infra-municipale, associations d’habitants et pouvoir local: dépasser l’opposition clientélisme/participation politique. In: LE BRIS, É. (Dir.). *Villes du Sud*. Paris: Éditions Orstom, 1996. p. 131-146.

⁶⁵ SINGER, P. *Uma utopia militante*. São Paulo: Vozes, 1999; _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; et SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

⁶⁶ FERREIRA SÁ, C. A. *Economia solidária no Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades*. Monografia Ministério do Trabalho e Emprego, Centro Universitário do Campo Grande, MS, 2005.

⁶⁷ FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revue du MAUSS*, [S.l.], 8 maio 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>>.

⁶⁸ Ver BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária*. Brasília, DF, 2005.

⁶⁹ KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

⁷⁰ Ver o interessante esforço de cirurgia conceitual de Genauto Carvalho de França Filho: Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2001.

⁷¹ MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

⁷² SANTOS DE SOUSA, T. A. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais. *Lusotopie*, [S.l.], n. 1, p. 241-262, 2002.

de contextos ambíguos e híbridos, essas cisões tornam-se ainda mais problemáticas.

3.2 *Restituir a complexidade de contextos ambíguos e híbridos*

Mas falar de associações em geral é ainda demasiadamente vago. Esse tipo de organização não é homogêneo: pode tomar todos os tamanhos e formas, visar toda sorte de objetivos, participar de diferentes conflitos e ocupar todos os lugares em relação ao Estado e ao mercado.⁷³ A maioria das pesquisas sobre as associações nos dias atuais advêm na ciência econômica, em particular na economia do terceiro setor.⁷⁴ Ou então, elas tomam uma forma, na França, de uma sócio-história do político.⁷⁵ Em todos esses casos, a arena pública é reduzida a um campo ou a um mercado e onde o agente é determinado por seu percurso num espaço estrutural de posições sociais e limitado a competências de cálculo de investimento e de lucro. Outra abordagem, mais sofisticada, é levada a cabo pela equipe de J. Ion. Ela mostra o advento de uma militância irregular, fluída e volátil, de indivíduos que se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias, que se implicam limitadamente, preocupados não tanto com questões ideológicas, mas com assuntos do cotidiano. Mesmo permanecendo alguns “nichos identitários”,⁷⁶ ligadas às “federações” ou “organizações”, assiste-se à emergência de novas formas de individualização, e de novas modalidades de engajamento de cidadãos ativos,⁷⁷ que se referem a bens públicos, com referência distanciada às coletividades. A recusa das formas centralizadas, hierarquizadas e burocratizadas de regulação e de controle político e a implicação em organizações horizontais e reticulares, sem obrigação de crer num catequismo ou de pertencer a um aparelho institucional, acompanha um movimento de “personalização”, de “tecnicização” e de “consumerização” do engajamento público. Ion⁷⁸ propõe uma perspectiva, em parte convergente, em parte distinta, das hipóteses de T. Skocpol sobre o crescimento do setor de

⁷³ BLAIS, J. P.; GILLIO, C.; ION, J. *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*. Paris: PUCA, 2001; _____. *Actions associatives, solidarités et territoires*. St Étienne: Publications de l'Université de St Étienne, 2001.

⁷⁴ Ver, por exemplo, os relatórios anuais da *Global Civil Society*, editadas por H. Anheier, M. Glasius, M. Kaldor.

⁷⁵ OFFERLE, M. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien, 1994.

⁷⁶ ION, J. *La fin des militants*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1997. p. 91.

⁷⁷ ION, J.; PERONI, M. *Engagement public et exposition de la personne*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1997.

⁷⁸ ION, J. *Affranchissements et engagements personnels*. In: _____. (Dir.). *L'engagement au pluriel*. Saint-Étienne: Presses de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

organizações de movimentos sociais, funcionando como empresas, grupos de interesses ou de grupos de pressões,⁷⁹ e das hipóteses de R. Wuthnow sobre a mudança dos regimes de individualização e a “fragmentação” das comunidades políticas.⁸⁰ Tudo isso apoiado em dados de pesquisa de campo de excelente qualidade.

Outras vias são imagináveis para compreender o funcionamento interno das associações e sua inscrição em arenas públicas e, numa escala micro, para analisar os contextos híbridos da experiência e da ação que as caracterizam. O objetivo é de ultrapassar a retórica do interesse e a retórica do individualismo – ou, ao menos, de reenquadrá-los. Esses modos de pensar tendem a reduzir sobre um só eixo a complexidade de *regimes de engajamento, com suas formas de composição, de tensão, de arbitragem e de compromisso, com suas arquiteturas de atividades, de laços e de projetos e com seus dilemas de direito, de obrigação e de responsabilidade*. É preciso procurar outros modos de investigar e raciocinar. Alguns trabalhos têm começado a ir nesse sentido, seja problematizando a gramática do *self-interest* mostrando seus limites e seus laços com outras gramáticas segundo as situações de expressão;⁸¹ seja descobrindo, mediante as baterias de entrevistas, a ambivalência de avaliações da ação dos atores e de seus “vocabulários de compaixão”.⁸² Mas pode-se tentar fazer, praticando uma observação etnográfica, *in situ*, da *arquitetura de regimes de engajamento, de coordenação e de justificação*, em que se encontram as atividades dos membros das associações. O trabalho de desvinculação das lógicas de racionalidade e de legitimidade que governam as ações e interações poderia, por exemplo, se inspirar no modelo de cidades de L. Boltanski e L. Thévenot – cidades de inspiração, mercantil, industrial, de opinião, doméstica e cívica.⁸³ As associações aparecem, então, como “*organizações compósitas*”,⁸⁴ ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando sobre compromissos em torno de convenções comuns. A confrontação a

⁷⁹ SKOCPOL, T. *Diminished democracy: from membership to management in american civic life*. Norman: University of Oklahoma, 2003.

⁸⁰ WUTHNOW, R. *Loose connections: joining together in america's fragmented communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

⁸¹ MANSBRIDGE, J. (Ed.). *Beyond self-interest*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

⁸² WUTHNOW, R. *Acts of compassion: caring for others and helping ourselves*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

⁸³ BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

⁸⁴ THEVENOT, L. *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2005.

uma situação problemática requer que se coloque em evidência os procedimentos de transação por meio dos quais os atores reduzem suas diferenças, apaziguam seus litígios e disputas – ou, pelo menos, ocorrem de uma forma viável, embora conflitual, de organização de suas experiências e de suas atividades. Eles estabelecem conjuntos de argumentos como modos práticos de se engajarem numa situação, de configurá-las por seus projetos, de selecionar finalidades e objetivos e constituindo o que é “recurso”, “oportunidade” ou “constrangimento” da ação na ação, de se articularem com seus pares numa dinâmica de cooperação e competição. Por outro lado, além dessa dinâmica pública de justificação, de denúncia e de reivindicação, toda uma série de modalidades de experiência e de ação pode ser pensada sobre o título de “*regimes do próximo*” – onde primam os laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas.

Portanto, um aspecto próprio das associações é que elas são constituídas por “contextos ambíguos”,⁸⁵ nos quais a especificação das identidades e das responsabilidades, das alianças e dos conflitos, de projetos a realizar e de procedimentos a seguir é uma fonte de “*perplexidade*”, como dizia Jane Addams,⁸⁶ tanto para os atores quanto para os observadores. Segundo as modelizações do mercado filantrópico, os “empresários” associativos sabem, à primeira vista, reconhecer as incitações seletivas e calcular os investimentos rentáveis. Segundo as modelizações da vida administrativa, os “funcionários” associativos obedecem, sem um estado de alma, às regras universais e adotam, por exemplo, os cânones de equidade e de justiça social determinados pelo Estado. Segundo as modelizações do espaço público, os “cidadãos” associativos sabem identificar o bem público em termos de suas *indagações, experimentações e deliberações*, no sentido de John Dewey,⁸⁷ e se colocar virtuosamente a seu serviço. Mas com as associações, temos muitas vezes situações mais problemáticas em que os atores não sabem sempre claramente a qual regime de ação e de interação vão-se referir na prática. Um trabalho mais fino de análise de situação se impõe como crucial. O trabalho de campo mostra, assim, o entrelaçamento de diferentes lógicas:

⁸⁵ ELIASOPH, N. *Making volunteers: civic life after Welfare's end*. Princeton: Princeton University Press, 2011. No prelo. A autora escreve sobre “*scrambled moral worlds*”, “*blended organizations*” e “*hybrid governance*”.

⁸⁶ ADDAMS, J. *Democracy and social ethics*. New York: Macmillan, 1907.

⁸⁷ DEWEY, J. *The public and its problems*. New York: Holt, 1927.

- Uma lógica de *empresa comercial*: realizar lucros sobre um mercado, produzir e vender ao melhor preço, acumular capitais ao máximo, otimizar a utilização de recursos humanos, obedecer a uma racionalidade instrumental e utilitária e levar em conta as insatisfações dos clientes. A associação será submetida aos imperativos da produtividade e da rentabilidade.
- Uma lógica de *organização industrial*: raciocinar em termos de performances, estabelecer métodos de medida e de controle, estandarizar os produtos, estabilizar o meio ambiente, reduzir as incertezas, efetuar os investimentos técnicos a longo prazo, programar os novos produtos e as novas organizações do trabalho. A associação será regida pelos princípios da eficiência e da previsibilidade.
- Uma lógica de *serviço público*: aplicar os regulamentos de gestão pública, seguir as finalidades do interesse geral, respeitar os circuitos hierárquicos de decisão e uma divisão funcional do trabalho, se alinhar conforme as grades da qualificação, os conjuntos de objetivos e os métodos de trabalho impostos pelo poder público. A associação se alinha de acordo com os cânones da administração pública para produzir e distribuir os serviços.
- Uma lógica de *representação democrática*: fundar a legitimidade no interior da associação sobre a sanção pelo voto e sobre a obediência à lei, respeitar o princípio de maioria após o voto, aceitar as decisões tomadas pelos representantes; e, fora das associações, destituir os governantes em caso de abuso de poder, prestar contas à opinião pública, ter uma função de contra poder no que tange ao abuso de funcionários e políticos profissionais.
- Uma lógica de *soberania popular*, às vezes combinada com uma lógica da *racionalidade comunicacional*: participação, deliberação e decisão devem ser acessíveis a todos os membros da associação, num processo de debate entre indivíduos livres e iguais, com vistas a atingir o consenso e o consentimento da ordem pública. A associação é o lugar de realização de uma forma de democracia local, senão de democracia direta.
- Uma lógica de *coesão social*: ensinar os indivíduos que eles têm competências e conhecimentos úteis a todos, reativar um senso de cidadania social em que cada um tenha direitos e deveres, obrigações mútuas com seus pares, responsabilidades *vis-à-vis* à coletividade e, em contrapartida, em que cada um tenha um lugar no jogo da gratidão e do reconhecimento. A associação recria os

laços sociais e renova as relações contra a entropia do individualismo.

- Uma lógica da *vida doméstica*: ocupar-se dos afazeres da vida cotidiana, apoiar-se sobre as relações de confiança entre pessoas na vida privada, partilhar da mesma história e do mesmo território; mobilizar o *savoir-faire* ancorado numa experiência do familiar, fazer crescer uma generosidade entre vizinhos e amigos, fundar uma autoridade sobre a frequência de longa duração, privilegiar o prazer da troca e da convivência. A associação será um prolongamento do *oikos*, o lugar caloroso da casa e da vizinhança, podendo desencadear um retorno ao comunitarismo, aos antípodas da abertura ao público.
- Uma lógica da *realização pessoal*: encontrar os modos de realização própria, sob a forma da felicidade pessoal, do êxito econômico, da pesquisa terapêutica ou da autenticidade expressiva; privilegiar a expansão do *Self* como bem supremo, cultivar seu “*petit jardin*”, buscar seu caminho, amar seus próximos e cuidar de seu ambiente; dar, receber e retribuir a fim de se descobrir e de ser feliz. A associação será o horizonte para uns, de autonomia individual, para outros, de narcisismo expressivo.
- Uma lógica da *comunidade religiosa*: refundar, por meio da prática da reza e do respeito aos ritos, uma moral da vida cotidiana; extirpar o mal, comunicar-se com os espíritos, elevar sua alma, salvar a humanidade. Dar à ajuda mútua e à solidariedade o sentido de um dom de amor entre fiéis; relacionar os laços civis ao pertencimento comum a um mundo transcendente; articular, em certos casos, a salvação individual com a possibilidade de enriquecimento e de prosperidade econômica. A associação é vivida como uma comunidade terrestre, prefigurando a “Cidade” ou o “Reino” de Deus.

A vida associativa, portanto, não é simples. Esses diferentes regimes de engajamento formam par com formas de proximidade e de desprendimento, com modos de individualização e de cooperação, com dinâmicas de racionalização e de legitimação. O cuidado em mostrar seu entrelaçamento em contextos ambíguos acaba com a redução das associações a empresas ou a burocracias, revela seu caráter de organizações compósitas e insiste sobre sua participação em “fóruns híbridos”.⁸⁸ Em vários estudos de caso que acompanham as associa-

⁸⁸ CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

ções de bairro, podemos mostrar que o *tipo de relação com o público* que ali se encontra não é somente aquele de um serviço social ou de uma clientela. A relação de confiança e de simpatia, às vezes de rancor e de reprovação, que existe entre os membros de uma associação e os moradores de um bairro não tem a impersonalidade de uma lógica econômica ou burocrática: ela é própria de vizinhos e tem seu lugar por meio de provas compartilhadas. Da mesma forma, o tipo de *sociabilidade entre beneficentes* se faz, antes de tudo, em um meio de interconhecimento, prolongado em estima e em amizade, segundo as afinidades, fora do quadro das associações. A sociabilidade entre benevolentes, voluntários ou assalariados, não pode ser qualificada em termos de mobilização econômica de recursos, de combinação otimizada de competências ou de coordenação industrial de atividades. Quanto ao tipo de *engajamento dos membros*, não tem por razão declarada a pesquisa estratégica voltada para um lucro econômico, político ou simbólico. Não é somente o gosto pelo dinheiro, pelo poder ou pelo prestígio que mobiliza os membros da associação. Os motivos recorrentes são seus sentidos de responsabilidade e da solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra a negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro etc. E encontramos, nas representações de suas ações e nas justificativas que eles dão, as formas de tensão entre o vínculo local na vizinhança e a abertura a um espaço cívico e político, entre a inscrição concreta em uma rede de conhecimentos interpessoais e a participação abstrata no registro do direito e da cidadania. Todos esses elementos podem ser observados, descritos e analisados em situações diversas por uma pesquisa de campo. E sua avaliação política requer um momento dedicado à pesquisa de campo.

3.3 Seguir o processo de configuração de arenas públicas

No lugar de tomar como ponto de partida uma associação, como uma espécie de microorganismo ou de microcomunidade, de “pequena sociedade” destacada da “grande sociedade”, como dizia Tocqueville, e dotada de uma microcultura e de uma identidade coletiva, pode ser interessante examinar como a associação se faz como uma *arena intraorganizacional* em uma *arena interorganizacional*, promovendo um certo número de interações, de ações e de atividades.

As mobilizações associativas jamais são uma coisa simples. As pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão e na indeterminação das regras do jogo, no equívoco e na ambiguidade das preferências e das motivações. Elas mostram também a variabilidade dos equilíbrios de alianças e de oposições, a transformação no tempo dos objetivos declarados, a contingência dos incidentes, dos encontros e dos acontecimentos. Assim, as associações são menos sistemas de funções bem integradas do que produtos instáveis, sempre em transformação, de nexos de ações e de interações em contato com uma “ordem local”. Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. Estas “anarquias organizadas”⁸⁹ não têm *um* objetivo, *uma* estratégia e *uma* ideologia. Elas são atravessadas por ambiguidades e, às vezes, por contradições. Elas podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins. Elas podem ser assediadas por tensões entre objetivos intermediários e objetivos últimos, ou entre temporalidades a curto e a longo prazo, ou, ainda, dilaceradas por conflitos sobre questões de princípios e de procedimentos e por lutas internas pelo poder da organização. Não se deve, então, superestimar a unidade e a continuidade das associações – essa unidade e essa continuidade são um problema prático que elas não cessam de trabalhar para resolver.

A questão pode ser colocada ainda de outra forma. A organização mantém junta uma pluralidade de lógicas de racionalidade e de legitimidade.⁹⁰ Pode-se voltar à tipologia exposta no parágrafo precedente, simplificando-a, seguindo uma tripartição entre regimes da justificação pública, do plano racional e da acomodação familiar.⁹¹ As associações podem ter formas, aspectos e estilos, modos de produção de conhecimento, de tomada de decisão, de exercício do julgamento e de resolução dos problemas extremamente diversos. Certas associações privilegiam a personalização das coisas e das pessoas, requerem usos e ajustes em familiaridade, se apoiam em relações de parentesco e em laços interpessoais para construir seus projetos, garantir um grau

⁸⁹ COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

⁹⁰ LAFAYE, C. *La sociologie des organisations*. Paris: Nathan, 1996.

⁹¹ THEVENOT, L. *L'action au pluriel*. Paris: La Découverte, 2006.

de confiança entre os membros e gerenciar os problemas de reputação e de autoridade.⁹² Elas podem distribuir os saberes sobre redes de pessoas, corrigir os problemas locais pelos milagres do jeitinho, sem mobilizar “dispositivos de generalização”. Outras associações, por outro lado, pensam os agentes como operadores de funções anônimas, que executam procedimentos por meio dos postos e dos instrumentos autônomos de medida e de avaliação, sem que sejam postos em jogo seus laços interpessoais. Elas insistem na padronização dos postos e das atividades, são regidas por procedimentos rigorosos de coleta e de centralização de informação, de análise e de generalização das conclusões, de coordenação e de planificação da ação. Todos os tipos de “tensões” ou de “combinações” podem se instalar no seio das ONGs, que obedecem a regras de funcionamento de gestão, logística e orçamento estabelecidas, por exemplo, no Canadá e na Noruega, e que, ao mesmo tempo, tem de compor com apoios locais, hierarquias de *status*, dependências políticas, hábitos administrativos e competências cívicas que não são aquelas que elas anteciparam.

Outra diferença possível: certas associações prestam contas do que elas fazem em nome do *self-interest*, não hesitam em se pensar como a expressão de interesses particulares, se querem a voz de uma “comunidade” sem se preocupar em convencer pessoas que lhe são estranhas, se batem para alcançar bens que sejam úteis a grupos exclusivos, sem jamais procurar generalizar suas reivindicações. A ação associativa é, antes de tudo, vivida como um modo de defesa de bens e pessoas próximas – o território investido por uma *favela*, a economia de uma colônia de pescadores, a *congada* de um grupo de negros do interior, a parte da fazenda invadida pelos sem-terra. O coletivo remete quase sempre a uma pequena comunidade, raramente ao público sem restrição. Outras, por sua vez, denunciam esse primeiro tipo de associação como revelador da síndrome de NIMBY e, obedecendo a gramáticas de justificação pública, proibem-se de inclinar-se para o lado dos interesses particulares, sejam eles de uma pessoa ou de uma comunidade. Elas buscam a universalização de suas opiniões, de suas denúncias e de suas reivindicações e, mais do que se apoiar em redes de relações privadas, tentam estabelecer dispositivos públicos de resolução de problemas. A ação associativa se apresenta, então, como porta-voz de bens públicos – sejam eles, retomando os exemplos acima, o *direito à moradia* e a exigência de justiça social

⁹² COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

em favor dos moradores da favela; a salvaguarda de um patrimônio ambiental e cultural, no caso da aldeia de pescadores; a promoção da diversidade multicultural e a redescoberta das raízes africanas do povo brasileiro; e, finalmente, o direito de uso das terras em oposição à propriedade especulativa e a opção pela reforma agrária, em nome de uma redistribuição das riquezas nacionais.

Imaginamos a multiplicidade das formas associativas que podemos encontrar. E podemos presumir que elas serão relativamente diferentes na França, no Brasil e nos Estados Unidos – sem que se possa, por isso, generalizar rapidamente, invocando “tradições” ou “culturas” nacionais. A análise situacional e o estudo de caso são antídotos contra as facilidades da tipificação, que rapidamente se tornam estereótipos: a América, reino da associação tocqueviliana, livre e igualitária, em que a sociedade civil constitui um verdadeiro contrapoder; a França, terra do jacobinismo, ainda dificultada por hábitos do Antigo Regime e submetida à onipotência política de seu Estado; o Brasil, “sociedade relacional”, na qual as facilidades da sociabilidade se pagam pelas contorções de uma desigualdade estatutária, em que as alegrias da cordialidade caminham junto às formas de exclusão da cidadania. Essas proposições não são nem verdadeiras, nem falsas: viraram senso comum. Elas arriscam se precipitar em evidências que impedem de ver a diversidade dos casos no campo. Em particular, elas correm o risco de reificar e de exotizar certos esquemas da experiência e da ação e de favorecer a crença em um excepcionalismo brasileiro⁹³ – como outros defendem uma excepcionalidade francesa ou norte-americana. Elas homogeneizam, por outro lado, o que se passa em Belém, Porto Alegre ou Rio de Janeiro invocando uma “cultura brasileira”, enquanto seria preferível observar as singularidades locais; e, mais adiante ainda, identificar mundos profissionais ou institucionais, ou mundos ligados ao bairro, à classe ou à religião, que desfazem essa ilusão culturalista. Muitas vezes, se nos dedicamos a uma análise de situações, e se nos alinhamos sobre os critérios de pertinência dos atores, percebemos que limitações técnicas ou jurídicas, arranjos ecológicos ou políticos, convenções coletivas ou hábitos adquiridos em pequena escala, frequentemente, explicam bem melhor as escolhas e as decisões do que

⁹³ Isso não invalida as numerosas propostas na literatura histórica e antropológica sobre uma suposta “civilização brasileira” ou uma “cultura brasileira” por autores fundadores, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr, Roberto da Matta, entre outros. O ponto aqui não é de recusar seus intuítos e análises, mas sim de retomá-los, experimentá-los e colocá-los à prova no trabalho de campo.

a referência a uma “cultura”.⁹⁴ E o jogo de semelhanças e diferenças não passa tanto mais por uma tipologia das culturas, mais ou menos “cívicas”, fundadas em algumas variáveis formais, como a literatura sobre o desenvolvimento político ou sobre a transição democrática tendia a fazer, do que por *comparações contínuas entre casos, dos quais vão progressivamente emergir dimensões de generalidade*.⁹⁵ No lugar das análises que começam em termos de “tradição” comum ou de “cultura” partilhada, uma abordagem em termos de arenas públicas desenvolve uma perspectiva pragmatista, para compreender como se configuram associações. Ou seja: uma focalização sobre os sentidos em construção nas *situações de ação e de interação*, mais do que nas representações coletivas suspensas no ar; uma atenção a situações analisadas como *processos tendo sua dinâmica própria*, mais do que como estruturas objetivadas cujas situações seriam sua sombra; uma percepção das *margens de manobra e de arranjo dos constrangimentos ecológicos das situações*, mais do que a insistência nas formas de determinação e de reprodução das situações.

As associações se inscrevem em arenas interorganizacionais, povoadas por outras associações, por empresas e instituições, que constituem seu ambiente. Elas são ligadas entre si por sua preocupação compartilhada por uma *situação problemática*. Elas entram em relações de cooperação e de competição com aliados ocasionais e participantes potenciais, com a mídia, as empresas privadas e as agências públicas. a) Nessas arenas interorganizacionais, uma grande parte das relações entre as diferentes partes passa por processos de seleção e de concorrência, em redes de interdependência funcional e, às vezes, em espaços de concentração geográfica. Elas têm entre si interações de “barganha”, de “regateio”⁹⁶ ou de “negociação”,⁹⁷ ou entretêm interações de rivalidade estratégica – para ficar nas metáforas mercantil ou guerreira; b) Mas as relações de interesse e de força se compõem a partir das redes de significados. Alguns falam de “culturas organizacionais”, que se reproduzem, se imitam e se hibridizam, que se inventam e se propagam de uma organização a outra e que, às vezes, se alinham

⁹⁴ Cf. ELIASOPH, N.; LICHTERMAN P. Culture in Interaction. *American Journal of Sociology*, New York, v. 108, n. 4, p. 735-794, 2003.

⁹⁵ Sobre esse problema epistemológico, ver RAGIN, C.; BECKER, H. (Ed.). *What is a case? exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

⁹⁶ WILSON, J. Q. *Political organizations*. New York: Basic Books, 1973.

⁹⁷ STRAUSS, A. *Negotiations: varieties, contexts, processes, and social order*. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

umas às outras. Sem se iludir com a unidade e a continuidade dessas “culturas organizacionais”, podem-se observar os modos de fazer e de dizer que acabam por caracterizar as associações, que definem o estilo das relações que ali ocorrem e que traçam “fronteiras morais”⁹⁸ com seu exterior; c) A dimensão do sentido entra também em conta com a noção de gramáticas. As associações não fazem nada além de jogar com “recursos simbólicos” a fim de “construir a realidade social” com fins estratégicos: elas devem respeitar os “constrangimentos da *justificação pública*” que pesam sobre todos os atores, que variam segundo os lugares e os momentos de suas performances. Faltar ou ir contra essas regras de gramática, quando a lei não é simplesmente a do mais forte, pode desacreditar e anular os esforços do melhor estrategista; d) Além disso, em pontos muito precisos, litígios aparecem entre as partes sobre o diagnóstico ou prognóstico das situações, mas também sobre a *legitimidade relativa* dos objetivos e dos meios, sobre as *identidades*, os *direitos* e os *deveres* dos atores e sobre as *consequências morais e políticas* que decorrerão de seus atos. Quanto mais nos afastamos de campos nos quais primam a *Realpolitik* ou o livre mercado, mais se multiplicam *situações de prova* em que outros critérios de compreensão, de antecipação e de avaliação, além da força ou do interesse, são postos em prática.

A investigação e a pesquisa sobre as arenas públicas passam por uma *sociologia política e moral* – e, se possível, por uma etnografia de *situações de prova, de emergência e de crise, de litígio ou de disputa, de processo ou de controvérsia*. Como se estabelecem padrões de equivalência e escalas de medida que permitem lidar com as mesmas situações para lhes avaliar de modo combinado? Como se elaboram instrumentos de categorização, de qualificação e de quantificação e como se estabilizam versões mais ou menos aceitáveis de um problema a resolver? Por quais vias se constituem estratégias de conflitos e pontos de controvérsia, e emergem figuras de culpados e de vítimas, de defensores e de reparadores? Trata-se, então, menos de alfinetar, à moda do entomologista, as associações, que seriam, no caso, uma espécie de animal social, do que de seguir, à maneira do cineasta, os cursos da ação em vias de se fazer, e de mostrar como esses cursos de ação se encadeiam uns aos outros numa arena pública. Uma arena pública não é um espaço-tempo uniforme e homogêneo. Ela se

⁹⁸ LAMONT, M.; MOLNAR, V. The study of boundaries across the social sciences. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, p. 167-195, 2002.

apoiar em uma multiplicidade de cenas e seus bastidores,⁹⁹ todas sob a alçada de análises de situação. Uma perspectiva microsociológica e pragmatista abandona uma visão objetiva, de sobrevoo, sobre o espaço-tempo público. Ela tenta recuperá-lo fazendo, no trabalho de sua configuração, a sua unificação e sua legitimação por feixes de atividades e interações. Os teatros de operação e os campos de manobra são múltiplos. Podemos ordená-los em torno do processo de emergência, de estabilização, de institucionalização e de resolução de problemas públicos – e de todas as formas de transações que operam em paralelo nos bastidores, mais ou menos escondidos do olhar do público.¹⁰⁰ Uma arena pública se articula, assim, por intermédio das formas de mobilização coletiva (3.3.1), dos estados da opinião pública (3.3.2) e dos dispositivos de ação pública (3.3.3). As intervenções das associações devem ser seguidas em cada um desses domínios.

3.3.1. Organizações: mobilizações coletivas e dinâmicas de institucionalização

Uma associação não se encontra jamais isolada. Ela participa de agrupamentos, blocos ou redes de associações, diante das quais ela se posiciona. Um exemplo são os grupos de interesse que se constituem como grupos de pressão junto às Câmaras de Comércio e de Indústria ou junto aos políticos locais ou nacionais; eles negociam interesses, às vezes nos bastidores, em um complexo jogo de influência que envolve negociação, dádivas, barganhas, intimidação, “corrupção”, formando coletivos que passam a constituir alianças e entram em conflitos com outras organizações e instituições. Um outro exemplo paradigmático pode ser os movimentos de denúncia e de reivindicação coletiva que tomam corpo, cujas vozes adquirem visibilidade na arena pública. Eles formulam críticas, diagnósticos e prognósticos para o público; contam fábulas morais, produzem depoimentos pessoais, reescrevem relatos históricos, desenham uma ordem dos possíveis. Em certas circuns-

⁹⁹ Sobre a metáfora dramática de Goffman, ver: *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday, Anchor Books, 1959 (Tradução: *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975); _____. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Nova York: Free Press, 1963.

¹⁰⁰ CEFĂĬ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFĂĬ, D., JOSEPH, I. (Dir.) *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 51-82.

tâncias, estes coletivos chegam eles próprios a se institucionalizar.¹⁰¹ Eles podem agregar-se a sindicatos ou a partidos, quando não são criados pelos mesmos, podendo também se transformar num outro tipo de estrutura organizacional – se nos remetemos, por exemplo, à trajetória de um certo número de movimentos e à sua transformação em CUT ou em PT no fim dos anos 1970.¹⁰² Não se deve, então, ter uma visão romântica das associações como se elas escapassem às limitações do campo econômico, social ou político, ou fossem preservadas da “lei de bronze da oligarquia”, assegurando formas de liberdade e de reciprocidade que não são encontradas em outros domínios da sociedade. Elas são submetidas às dinâmicas descritas pela sociologia das organizações, particularmente de isomorfismo institucional,¹⁰³ seja do alinhamento sobre as empresas comerciais ou sobre as burocracias estatais. As formas de competição privada ou de regulamentação pública que pesam sobre as associações devem ser observadas com um olhar microsociológico.

Cada associação apresenta, então, um certo número de “fachadas”, variáveis segundo as estratégias de publicização que ela escolhe. E ela pode conhecer transformações de sua estrutura organizacional no decorrer do tempo. É preciso descrever, se possível etnograficamente, as atividades fora da cena (que vão dos simples laços de sociabilidade entre vizinhos ou amigos às preparações em segredo das estratégias políticas adotadas), e as performances públicas (seja por participações pessoais a reuniões ou manifestações, seja por tomadas de posição de seus porta-vozes). A associação deve se tornar visível no desenrolar de uma multiplicidade de situações de informação, de recrutamento e de mobilização. Ela combina transações de todos os tipos nos bastidores e atividades de debate, de negociação e de deliberação em público. Ela requer laços de coordenação, de aliança e de conflito, enfim, com outras associações nas arenas interorganizacionais. Neste registro, os modelos de sociologia da ação coletiva – análise da mobilização dos recursos, das organizações e das redes, das formas culturais e identitá-

¹⁰¹ GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998; GOLDSTONE, J. (Ed.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

¹⁰² KECK, M. *The workers' party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992; RODRIGUEZ, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta-FAPESP, 1997.

¹⁰³ DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 48, p. 147-160, 1983.

rias etc. – podem ser úteis. Mas outras fontes de análise, normalmente negligenciadas por esta literatura, como a antropologia das relações de parentesco, o estudo de comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum e a microssociologia dos espaços públicos, são necessárias.

3.3.2. Teatros do sentimento e da opinião: problemas públicos e agendas midiáticas

As associações são um vetor importante nos processos de constituição da opinião pública, não no sentido das pesquisas quantitativas de opinião, mas nos termos de uma “prágmatica dos públicos”, de maior ou menor tamanho, que investem em temas de interesse e de preocupação comum à sociologia pragmática. A emergência de um problema público não é simplesmente cognitiva. Ela envolve afetividades, sensibilidades e moralidades coletivas; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça, de esperança, de fatalidade, de entusiasmo e de transtorno, que já são formas de definição de situações sociais e que já tocam o senso comum. Ela movimenta as referências sensíveis por meio das quais as informações são filtradas e ordenadas, não em quadros racionais ou intelectuais, mas nos quadros da percepção imediata ou da inferência prática. Ela induz paisagens normativas, articuladas em torno de categorias morais, nas quais o conflito de interesse é apagado pelas questões de decência e de respeito, de humilhação e de reconhecimento, de desprezo e de honra, de liberdade e de justiça. Esses diferentes elementos são constitutivos do que chamamos “opiniões públicas”. As associações são caixas de ressonância desse processo. Mobilizando-se, elas engendram novos personagens – as “minorias visíveis”, as “crianças vítimas de violência”, as “vacas loucas” ou as “nuvens radioativas” – e um conjunto de histórias, de racionalização e de argumentos que estão relacionados com esses novos cenários e atores. Elas difundem formas de compaixão e de indignação, de desconfiança política ou de crença ideológica e desenham de novo o mapa das condutas boas e más, toleráveis e inaceitáveis. Ao partir dessas novas gramáticas, são relançados outros fluxos de protesto que exprimem sentimentos de escândalo e de reprovação, formulam demandas de reparações e de desculpas.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Sobre estas categorias morais e / ou estes sentimentos sociais no Brasil, temos hoje as análises de CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral: dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002 ou VIDAL, D. *Les bonnes de Rio de Janeiro: emploi domestique et société démocratique*. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

De um certo modo, é um teatro que se apresenta, com seus “*heroes, fools and villains*”,¹⁰⁵ seus roteiros catástrofes e suas intrigas escatológicas, seus reenquadramentos do presente no espaço e no tempo, seus líderes carismáticos, trágicos ou cômicos, suas vítimas, seus santos e seus mártires etc. Em certos casos pode-se encontrar ali as fases descritas por Victor Turner,¹⁰⁶ da brecha à crise, à reparação (*redressment*: reconciliação das partes pelo apagamento da mancha, ou exame da crise seguido de ostracismo do ofensor, por condenação moral e/ou sanção legal) e à reintegração (superação do cisma ou reconhecimento de sua existência, reparação do ato delituoso, real ou simbolicamente, e reafirmação de um consenso normativo). Se este modelo de Turner não é para ser seguido ao pé da letra em todos os casos, ele permite vislumbrar a qualidade dramática das ações associativas. J. Gusfield, por exemplo, nos levou a reconhecer figuras teatrais, retóricas ou narrativas na constituição dos problemas públicos.¹⁰⁷ Outros insistiram nas linguagens da “gratidão, lealdade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza” e, principalmente, “caridade”, “moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor”.¹⁰⁸ Esta perspectiva de antropologia simbólica ou de sociologia cultural foi estendida ao estudo dos processos de comunicação pública. Uma parte dos espaços públicos está hoje midiaticizada pela mídia de massa. A maior parte das ações existem diante do tribunal do público na medida em que uma marca é configurada, transmitida e recebida, por meio da imprensa, do rádio, da televisão, e cada vez mais pela Internet. Uma pesquisa deve, então, necessariamente levar em conta as agendas midiáticas, nas quais são configuradas informações, diagnósticos e previsões, mensagens críticas, depoimentos vividos e relatos de acontecimentos. Mais precisamente, ela pode tentar restituir as cadeias de operações que conduzem a produção individualizada da “informação” (*newsworthy*), bem como a formatação dos comunicados de imprensa transmitidos por agências, à redação de artigos ou de editoriais discutidos por redações, e à preparação da hierarquia das notícias no jornal televisivo. A coordenação entre esses diferentes processos – que implicam colaboração entre políticos, associações e jornalistas, entre agências estatais, organizações não governamentais e *mass mídia*; competição entre órgãos de

¹⁰⁵ KLAPP, O. *Symbolic leaders: public dramas and public men*. Chicago: Aldine, 1964. Ver também os textos de E. Quarantelli, R. Bucher ou T. Shibutani.

¹⁰⁶ TURNER, V. *Dramas, fields, and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

¹⁰⁷ GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

¹⁰⁸ FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 24.

imprensas, a fim de atrair a atenção pública; e objetivação de dossiês ou de histórias que se tornam “escândalos” ou “casos” – está no coração da publicização dos problemas públicos.

3.3.3. Ações públicas: autonomia e dependência em relação aos jogos do poder clientelista ou corporativista

A ciência política se debruçou sobre os estudos acerca dos processos de inscrição dos problemas públicos nas agendas políticas – municipais, governamentais, legislativas ou administrativas – e suas consequências na constituição de dispositivos de ação pública. Referimo-nos, então, às dinâmicas de discussão que tomam lugar nos fóruns oficiais, *think tanks* ou comitês de pilotagem. Os processos de *lobbying* nas “ante-salas” do poder permitem acelerar a consideração de um dossiê e de inseri-lo na ordem do dia. A ciência política se interessou muito pela questão da constituição da decisão política e pelas múltiplas pressões que a solicitam.

Mas dois elementos são importantes para se levar em conta:

- 1 - O Estado está frequentemente na origem das iniciativas em matéria de ação pública, quando ele não cria os interlocutores com os quais irá trabalhar. Isto é verdade em certas “redes de políticas públicas”, nas quais o governo, a assembleia legislativa e a alta administração, e seus correspondentes em outros graus das instituições públicas, têm o poder de decidir que tal ou qual associação fará ou não fará parte do processo de consultas. Eles fixam igualmente a agenda política, jogando com os instrumentos da legislação, da economia e da tecnologia, mas também escolhendo o tipo de problemas a colocar e soluções a dar. Primeiro caso: um grande número de associações é assim fundado para adquirir um *status* jurídico, de modo a ser identificada na arena pública, e com isso poder participar de negociações, receber financiamentos ou estar implicadas em processos. Algumas formalizam antigas estruturas de sociabilidade que até ali persistiam sem estatutos. As associações de moradores, por exemplo, sempre existiram, de um modo ou de outro, como lugares de discussão e de regulação pacífica dos casos comunitários, mas sua função adquire um novo status quando elas se tornam interlocutores privilegiados da Prefeitura ou de ONGs. É interessante compreender o ponto de vista dos membros de grupamentos profissionais, festivos ou religiosos,

sobre a criação de associações reconhecidas pelo poder público – e tentar igualmente seguir as consequências dessa formalização sobre a organização de suas atividades coletivas. Segundo caso: um *status* jurídico é fundamentado para regulamentar casos particulares. É o caso das associações indígenas, sob a tutela da FUNAI ou dos quilombos e outras associações nascidas em “terras tradicionalmente ocupadas”. Esses tipos de entidades têm frequentemente um caráter compulsório: os indivíduos não são livres, por decisão própria, para aderir ou não ao “contrato social”, pois devem necessariamente pertencer a uma “comunidade tradicional” de modo a acessar seus direitos e adquirir um *status* de cidadão. Da mesma forma, como não são tributários de um direito individual, esses atores não podem se autoexcluir em caso de discórdia, levando com eles seus bens pessoais, pois o *status* jurídico de propriedade coletiva (seja de titulação definitiva), ou de bens da União ou de domínio público (para as reservas extrativistas), faz dessas entidades “*corpos coesos*” e não necessariamente associações livres de indivíduos autônomos. Longe de manter uma distância do público e do privado, estas associações mantêm uma relação complexa de controle e de dependência com o Estado, ou buscam por meio de seu estatuto jurídico, facilidades de acesso ao crédito e ao mercado. Tais situações devem ser descritas em todas suas ambiguidades – do ponto extremo de uma verdadeira “tutela” para os indígenas, que conhece, entretanto, numerosos arranjos locais, bem como o caso de uma relativa emancipação para alguns pescadores, que saem do quadro até então imposto pelas colônias.

A antropologia política desenvolvida no Brasil tem possibilitado um olhar original acerca do fenômeno das associações. Desde as discussões pioneiras do W. Guilherme dos Santos, em relação aos direitos civis como benefícios concedidos pelo Estado ou por seus agentes intermediários aos supostos cidadãos,¹⁰⁹ tornou-se evidente que a cidadania nos moldes como ela foi forjada na constituição da República brasileira não pressupunha autonomia, mas uma tutela do Estado sobre os cidadãos. Seguindo esse rumo, R. DaMatta¹¹⁰ propôs uma interpretação de que os valores hierárquicos conjugados com a forte personificação nas relações intersubjetivas propiciavam

¹⁰⁹ SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: do laissez faire repressivo a cidadania em recesso*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

¹¹⁰ MATTA, R. da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

a constituição de uma cidadania relacional: as garantias individuais estão atreladas às dimensões morais de cada pessoa. O cidadão é essencialmente aquele que será reconhecido como tal no espaço público. É nesse sentido que L. R. Cardoso de Oliveira chamará a atenção para o aspecto das noções de respeito e consideração no que concerne à destinação e obtenção de garantias de direitos. São cidadãos aqueles que atestam certos atributos morais para serem considerados como tais, para obterem um reconhecimento público de sua cidadania. É a dificuldade, como apontam diversos trabalhos de Kant de Lima, de se constituir o princípio da equidade e da igualdade no espaço público no Brasil, cujas características ultrapassam as barreiras das relações interpessoais na vida cotidiana, desaguando e se consolidando nos instrumentos jurídico-burocráticos: o tratamento desigual dos desiguais virou um princípio legal.¹¹¹ Simultaneamente e paradoxalmente, essas práticas que pervertem a vida democrática convivem com aspirações igualitárias e republicanas. Nesse aspecto, como algumas pesquisas têm revelado,¹¹² as associações no Brasil têm-se caracterizado de uma maneira ambígua, porque por um lado cada vez mais crescem os apelos ao associativismo, com a propagação de ONGs e comunidades solidárias, criando pretensa difusão de uma “moral cívica”; por outro lado, essas associações surgem cada vez mais como intemediários de interesses de grupos, que reivindicam direitos (que muitas vezes se confundem com privilégios), reforçando uma tutela por parte de organizações, governamentais ou não, sobre grupos particulares. O ideal associativista se encaixa com o da “cidadania tutelada”.¹¹³ De

¹¹¹ KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹¹² MOTA, F. R. *O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade ‘Quilombola’ da Marambaia*. Niterói: EdUFF, 2004; KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005; LOBÃO, R. J. da S. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

¹¹³ LOBÃO, R. J. da S. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005. p. 205-220.

fato, os atores coletivos, para acessarem determinados direitos e para obterem recursos creditícios, ganhar empréstimos de bancos ou ter acesso a serviços públicos, são obrigados a se organizar em grupos associativos ou comunitários. Não é a toa que assistimos à emergência de novas organizações na sociedade civil na luta pelas garantias de direitos, como grupos de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas etc.¹¹⁴

2 - O outro processo, oposto a esta forma de colocação em tutela estatal, é a manifestação de “públicos” no sentido de John Dewey – ou seja, de “processos de associação, de cooperação e de comunicação” que tematizam problemas e exigem dos poderes públicos sua resolução. Pode se tratar de pequenas dinâmicas à escala local, de mobilizações que se constituem em torno da instalação de equipamento públicos, presumidos perigosos, à proximidade de um lugar de residência, ou de populações que se rebelam contra a notificação de expulsão lançada no território por elas ocupado há longa data. Pode igualmente se tratar de movimentos de amplitude nacional – o movimento das Diretas Já ou o das emendas populares visando a Constituição de 1988, a campanha pelo *impeachment* de Collor¹¹⁵ ou a efervescência do início dos anos 1990 em matéria de identidades coletivas. De forma análoga aos outros movimentos sociais no resto do mundo, constatamos no Brasil uma transformação rápida das identidades coletivas de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, mas também, cada vez mais, da terceira idade, das crianças ou dos inválidos, no sentido de uma demanda de reconhecimento de igualdade e de seus direitos, mas também da singularidade de suas experiências. Mas dizer isto equivale a nada dizer: é somente multiplicando os estudos de caso, descobrindo os dilemas e os paradoxos de tais reivindicações, mostrando as dificuldades jurídicas e políticas e, simplesmente, a inércia dos dispositivos de categorização com as quais elas se chocam, que poderemos começar a melhor compreender de que se trata tais processos. O grande legado da conquista desses direitos acomoda e reconforta o senso comum “progressista” que é apenas o gêmeo inverso do grande relato da

¹¹⁴ LOBÃO R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese (Doutorado)– Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

¹¹⁵ MISCHE, A. *Partisan publics: contention and mediation across brazilian youth activists networks*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

maldição da matriz hierárquica, escravagista e corporativista que prejudicaria o Brasil. Mas esses pontos de vista têm que dar lugar à descrição e à análise de situações concretas, microsociológicas e etnográficas. Qual é o significado, por exemplo, em Salvador, da participação maciça dos grupos de axé, como grupos musicais que aprofundam suas raízes nos bairros desfavorecidos da cidade, ONGs educativas encarregadas de programas de reabilitação de crianças das ruas, dos blocos de carnaval e de empresas de produção e de comercialização de concertos, CDs e DVD e, além disso, porta-vozes das culturas negras da Bahia, promotores de uma forma de *ethnic pride* e *brokers* de pacotes de votos quando nas eleições municipais ou estaduais, quando trocam lealdade e apoio políticos com subvenções do poder público?

Em todos os casos, uma análise das formas de sociabilidade e das redes de mobilização, em relação a seu encaixe nos jogos de poder, se impõe. A. Oberschall foi o primeiro a mostrar que a passagem à ação coletiva é mais plausível nos coletivos vinculados a um território ou a um patrimônio, percebidos como ameaçados, ou em coletivos ligados por relações muito densas. O pertencimento a uma “comunidade” e a submissão a uma “hierarquia” reforçam a ligação a um bem comum e a chance de uma passagem à ação coletiva.¹¹⁶ Por um lado, Oberschall sublinhava a importância da lealdade partilhada e da confiança mútua entre membros da mobilização de uma coletividade: este critério é o da densidade ou da raridade dos laços horizontais. A anomia é uma deficiência para a mobilização. Por outro lado, ele se preocupava com os laços que unem esta coletividade a outras instituições, particularmente às elites ou a centros de poder: este critério é o da integração ou da segmentação vertical. A existência de canais de circulação da informação, mas também de troca clientelista de favores e de serviços contra os votos dos membros da coletividade, ou de mobilidade ascendente para postos de representação e de decisão de frações das elites da coletividade, são fatores de estabilidade. Ao contrário, a segmentação suscita sentimentos de opressão ou de dominação ilegítima e provoca a mobilização de elites dissidentes e de movimentos de oposição. A impossibilidade de dar visibilidade a uma demanda junto às autoridades, por falta de porta-voz – que se trate de chefes de clãs ou de comitês de aldeia, de líderes sindicais

¹¹⁶ Pode-se tratar de organizações tradicionais, com uma forte coesão familiar, clânica ou comunitária, como de organizações mediatizadas por solidariedades e lealdades associativas.

ou políticos, ou simplesmente, de mediadores das redes familiares, religiosas ou profissionais – produz um sentimento de isolamento e de abandono, uma falta de visibilidade pública, um déficit de representação coletiva e uma insatisfação diante das demandas desconsideradas. Uma dinâmica de densificação dos laços sociais e de integração ao processo político permite aos cidadãos ultrapassar suas divisões e formar alianças, fazer emergir um interesse partilhado sobre certos dossiês, constituir uma força consequente em termos de visibilidade e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político. Ela permite aos governantes ter interlocutores, dispor de retransmissão de informação de cima para baixo e de baixo para cima, melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas, ou, ainda, abrir canais de representação oficial, de transação clientelista ou de conciliação corporativista.

O leitor deverá ter compreendido: uma etnografia da vida associativa torna complexos os modelos de constituição de problemas públicos, configurados em simultaneidade ou sucessão sobre diferentes cenas públicas, mais ou menos institucionalizadas. Que se trate de intervenções de urbanismo em Nova Iguaçu, em Belleville, no Catumbi e em Acari, de instauração de desenvolvimento sustentável na Amazônia, de planejamento do crescimento turístico em Itacaré ou de defesa de uma zona de prostituição em Vila Mimosa, a cada situação, uma dinâmica complexa de constituição de organizações associativas e de exposição de arenas públicas se desenvolve. O mesmo acontece com as associações de interesses profissionais, que se encarregam do convívio entre comunidades ou da segurança do bairro no Saara no Rio de Janeiro ou que lançam mão de procedimentos judiciais contra donas de casa em nome de empregadas domésticas: elas invocam figuras de bens públicos – coexistência étnica e segurança civil, de um lado, direito social e igualdade cívica, do outro – continuando, ao mesmo tempo, a funcionar a partir de identidades, interesses e solidariedades de ordem doméstica, corporativista ou étnica. Do mesmo modo, associações de defesa dos direitos das minorias se apoiam em legislações especiais para proteger uma comunidade de descendentes de escravos libertos da expulsão de seu território em Marambaia, ou para afastar de uma comunidade indígena na Amazônia os efeitos nefastos de grandes obras públicas. A cada circunstância, o problema público se constitui, sendo cristalizado por meio de operações de objetivação e de legitimação. Associações desempenham um importante papel na

definição do ponto do conflito e da causa a defender, em continuidade e em ruptura com o jogo dos interesses particulares e das opiniões particulares dos atores envolvidos.

Boatos circulam, confirmados ou desmentidos, campanhas de informação e de contrainformação se opõem, sendo que a questão das consequências para a coletividade é colocada e cada um dos campos recusa ao outro o poder de deter a boa solução. Os órgãos midiáticos se tornam caixa de ressonância e as manchetes dos jornais difundem o problema na agenda midiática – perturbando os líderes de partidos políticos ou os governantes em exercício; especialistas consultados por agências administrativas recorrem a todas as formas de indagação, experimento, diagnóstico e prognóstico; cientistas entram em polêmicas sobre dados factuais ou estatísticos, em controvérsias sobre riscos prováveis ou fictícios; advogados representam associações de defesa de vítimas, tendo sofrido danos ou associações de proteção de bens, supostamente em prol do interesse geral, acionando a máquina judiciária – buscando dar conta das decisões de justiça conflitos de interesse ou disputas de direito; configurações de atores se formam, certos titulares legais de sua legitimidade (a representação dos interesses ou das opiniões sancionada pelo direito dos funcionários, dos eleitos ou dos juízes), outros ganhando sua representatividade mostrando a sua competência (na apresentação dos dossiês, na conquista de afiliados, na escolha de alianças). Cada dossiê tem seus requerentes e seus acusadores. Ele é apoiado por coletividades territoriais, por partidos políticos ou organizações sindicais, por associações de protesto ou de reivindicação, cujas demandas são transmitidas por “difusores”, “mediadores” ou “tradutores”,¹¹⁷ tornando-as plausíveis para os eleitos ou altos funcionários. As operações são, então, múltiplas: financiar pesquisas, lançar consultas, decidir uma política, redigir decretos, votar leis, transmitir notícias. Uma arena pública se desenrola assim, ao mesmo tempo em cenas políticas, administrativas, judiciárias, midiáticas e em cenas da vida quotidiana dos cidadãos comuns.

Mas os problemas públicos não estão expostos ali, aos olhos e ouvidos de cidadãos exteriores ao espetáculo da vida pública. Um movimento reverso se produz, do qual as associações são um dos principais veto-

¹¹⁷ CALLON, M. *Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. L'Année Sociologique*, [S.l.], v. 36, 1986; LASCOUMES, P. *L'éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994.

res: o remanejamento, muitas vezes de ordem infinitesimal, às vezes da ordem da conversão, dos critérios de experiência e de atividade que ordenam os mundos vividos dos ativistas, de seus adversários e de seus públicos.¹¹⁸ Os associados podem engendrar identidades coletivas, tomando consciência de incompatibilidades de interesses entre grupos, redesenhar o mapa das obrigações em termos de conflito, impor como legítimos direitos e deveres até ali desconhecidos e fazer emergir coletivos que não existiam até o momento – a “classe operária”, o “quilombo” ou a “aldeia”, o “bairro urbano”, os coletivos das “empregadas domésticas”. das “prostitutas” ou dos “soufis”, dos “moradores de Arraial ou Itacaré” etc. Elas podem recompor sensibilidades morais: participar de uma associação é também se engajar pessoalmente e sentir em si desprezo ou desrespeito diante de categorias sociais percebidas como exploradoras, predadoras ou dominadoras, exibir orgulho de ser “afro-brasileiro”, “trabalhador” ou “travesti”, experimentar compaixão e efetuar gestos de ajuda mútua e de solidariedade, em situações que, habitualmente, são gerenciadas individualmente. Elas podem abalar a economia das relações interpessoais e posições estatutárias, mudar as percepções das hierarquias de classe, de gênero e de raça, suscitar experimentações de autonomia pessoal ou coletiva, transgredir as “fronteiras morais” da casa, do trabalho e da política... Criando novas formas de existência cívica, por exemplo, transformando a figura de um cidadão detentor de direitos sociais, as associações são portos seguros ao protesto, suscitam inflexões nas vidas das pessoas. Elas lhes permitem se engajar de outra forma em suas trajetórias biográficas, as levam a ter laços de qualidade diferente com outras pessoas e coletivos, e a estabelecer uma relação de qualidade diferente com as instituições públicas.

Engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem para a formação da experiência do mundo, de si e do outro, e para a emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem-viver coletivamente. É ali que uma etnografia, moral e política, da vida associativa encontra seu lugar.

¹¹⁸ MELUCCI, A. *L'Invenzione del presente: movimenti, identità, bisogni individuali*. Bologna: Il Mulino, 1982; _____. *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius, 1989; _____. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.

REFERÊNCIAS

ADDAMS, J. *Democracy and social ethics*. New York: Macmillan, 1907.

ÁLVARES, L.C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 10, p. 39-61, 2000.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

AVRITZER, L. *Democracy and the public sphere in Latin América*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 39, p. 148-174, 1997.

AVRITZER, L.; PIRES, R. R. Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 83-108, 2003.

BACQUÉ, M.-H.; REY, H.; SINTOMER, Y. (Ed.). *Gestion de proximité et démocratie participative*. Paris: La Découverte, 2005.

BAIOCCHI, G. Participation, activism, and politics: the Porto Alegre experiment. *Politics and Society*, Los Altos, v. 29, n. 1, p. 43-72, 2001.

BAIOCCHI, G. (Ed.). *Radicals in power: the workers' party and experiments in urban democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2002.

BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BEROCAN VEIGA, F. A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN: CNFCP, 2005.

BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder publico e*

- relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BLAIS, J. P.; GILLIO, C.; ION, J. *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*. Paris: PUCA, 2001.
- _____. *Actions associatives, solidarités et territoires*. St Étienne: Publications de l’Université de St Étienne, 2001.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOSCHI, R. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1987.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária*. Brasília, DF, 2005.
- BRANDÃO COUTO, P. A. *Festa do Rosário*: iconografia e poética de um rito. Niterói: EdUFF, 2003.
- BREVIGLIERI, M. *L’usage et l’habiter*: contribution à une sociologie de la proximité, à paraître à Paris. Paris: Économica, [200-].
- BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Dir.). *Les sens du public*: publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L’Année Sociologique*, [S.l.], v. 36, 1986.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain*: essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral*: dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.
- CEFAÏ, D. *L’enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2003.
- _____. *Pourquoi se mobilise-t-on?*: théories de l’action collective. Paris: La Découverte, 2007.
- _____. Qu’est-ce qu’une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: _____. *L’héritage du pragmatisme*:

conflit d'urbanité et épreuves du civisme. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 51-82.

CEFAÏ, D.; TROM D. (Dir.). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.

CHANIAL, P. *Justice, don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte, 2001.

COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

COHEN, J.; ROGERS, J. Associations and democracy. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 47-163, 2003.

CUNHA, D. G. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. *Cultures of politics/ Politics of cultures*. Boulder: Westview Press, 1998.

DEWEY, J. *The public and its problems*. New York: Holt, 1927.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 48, p. 147-160, 1983.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio-Fundo Editoras, 1989.

ELIASOPH, N. *Making volunteers: puzzles of empowerment in youth programs*, Princeton: Princeton University Press, 2010. No prelo.

ELIASOPH, N.; LICHTERMAN P. Culture in interaction. *American Journal of Sociology*, New York, v. 108, n. 4, p. 735-794, 2003.

FERNANDES, K. R. *Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor*. [200-]. Disponível

em: <<http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Redes+para+o+Desenvolvimento+do+Terceiro+Setor.doc>>.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA SÁ, C. A. *Economia solidária no Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades*. Monografia Ministério do Trabalho e Emprego, Centro Universitario do Campo Grande, MS, 2005.

FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Economia solidária e movimentos sociais. In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, Â.; SCHIOCHET, V. (Org.). *Políticas públicas de economia solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Ed. da UFPE, 2006. v. 1, p. 59-108.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revue du MAUSS*, [S.l.], 8 maio 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>>.

_____. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2001.

FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FUNG, A.; WRIGHT E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance (The Real Utopias Project IV)*. London: Verso, 2003.

FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

GLUCKMAN M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

GOFFMAN, E. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Nova York: Free Press, 1963.

_____. The interaction order: American Sociological Association, 1982, Presidential Address. *American Sociological Review*, New York, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

_____. The neglected situation. *American Anthropologist*, New York, v. 66, n. 6, p. 133-136, 1964.

_____. *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday, Anchor Books, 1959. (Tradução: *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975)

GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GOLDSTONE, J. (Ed.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HIRST, P. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press, 1994.

ION, J. Affranchissements et engagements personnels. In: _____. (Dir.). *L'engagement au pluriel*. Saint-Étienne: Presses de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

ION, J. *La fin des militants*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1997.

ION, J.; PERONI, M. *Engagement public et exposition de la personne*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 1997.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 23, 1987.

JOSEPH, I. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Économica, 2007.

_____. *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF, 1998. (Trad. *Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000)

_____. *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues : Éditions de l'Aube, 1998.

JOSEPH, I.; CEFAÏ, D. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves du civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA,

L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Police, Justice et société au Brésil: comparer des modèles d'administration des conflits dans l'espace public. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 193-210.

_____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed.UFF, 1997.

KECK, M. *The workers' party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

KLAPP, O. *Symbolic leaders: public dramas and public men*. Chicago: Aldine, 1964.

KRISCHKE, P.; SCHERER-WARREN, I. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LABRA, M. E. Análise de políticas, policy making e intermediação de interesses: uma revisão. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131-166, 1999.

_____. Associativismo no setor saúde brasileiro e organização de interesses do empresariado médico. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 193-225, 1994.

LAFAYE, C. *La sociologie des organisations*. Paris: Nathan, 1996.

LAMONT, M.; MOLNAR, V. The study of boundaries across the

social sciences. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, p. 167-195, 2002.

LASCOUMES, P. *L'éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994.

LAVILLE, J.-L. et al. *Association, démocratie et société civile*. Paris: La Découverte, Mauss et Crida, 2001.

LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEITÃO, W. M. Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 173-197, 2004.

LICHTERMAN, P. *Elusive togetherness: religious groups and civic engagement in America*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

LOBÃO R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese (Doutorado)—Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

_____. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

LUCHINI, A. de M.; SOUZA, M. D.; PINTO A. L. Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: O caso da gestão da água. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-94, 2003.

MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

MANSBRIDGE, J. (Ed.). *Beyond self-interest*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

MATTA, R. da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, S. M. da Silva Nunes; DRUMMOND J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: NGO's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 24, p. 177-192, 2005.

MELLO, M. A. da Silva; VOGEL, A. *Gente das areias*. Niterói: EdUFF, 2004.

MELLO, M. A. da Silva et al. Si tu vas à Rio!: l'expérience brésilienne d'Isaac Josep. In: CEFAÏ, D.; SATURNO, C. (Org.). *Parcours d'un pragmatiste*. Paris: Economica, 2007.

MELUCCI, A. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.

_____. *L'Invenzione del presente: movimenti, identità, bisogni individuali*. Bologna: Il Mulino, 1982.

_____. *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius, 1989.

MISCHE, A. *Partisan publics: contention and mediation across brazilian youth activists networks*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

MOÇOUÇAH P. S. As ONG's: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, 1995.

MOTA, F. R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direito e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese (Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira. In: TISCORNIA, Sofia; PITA, María Victoria. (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofia, 2006.

_____. *O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade 'Quilombola' da Marambaia*. Niterói: EdUFF, 2004.

OFFERLE, M. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien, 1994.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre*

injunções de mudança social em Arraial do Cabo. Niterói: EDUFF, 2000.

PUTNAM, R. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R.; FELDSTEIN, R.; DON, Cohen. *Better together: restoring the american community*. New York: Simon & Schuster, 2003.

RAGIN, C.; BECKER, H. (Ed.). *What is a case?: exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RODRIGUEZ, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta-FAPESP, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: do laissez faire repressivo a cidadania em recesso*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

———. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

SANTOS DE SOUSA, T. A. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais. *Lusotopie*, [S.l.], n. 1, p. 241-262, 2002.

SILVA, L. A. Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 9, p. 35-47, 1967.

SIMMEL, G. A Ponte e a porta. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 12, p. 10-14, set. 1996.

SIMÕES, S. S. *Cruzada São Sebastião: etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (Antropologia)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

———. *Uma utopia militante*. São Paulo: Vozes, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SKOCPOL, T. *Diminished democracy: from membership to management in american civic life*. Norman: University of Oklahoma, 2003.

SOUZA, W. da S. Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 933-939, 2001.

SOUSA SANTOS, B. de. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics and Society*, Los Altos, v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998.

STRAUSS, A. *Negotiations: varieties, contexts, processes, and social order*. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

STREECK, W.; SCHMITTER, P. C. Community, market, state and associations?: the prospective control of interest governance to social order. In: _____. (Ed.). *Private interest government: beyond market and the state*, London: Sage, 1985. p. 1-29.

TELLES, V. *No fio da navalha: entre carências e direitos*. São Paulo: Polis, 1998.

_____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THEVENOT, L. *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2005.

_____. *L'action au pluriel*. Paris: La Découverte, 2006.

THOMSON, K. *From neighborhood to nation: the democratic foundations of civil society*. Hanover: University Press of New England, 2001.

TIRIBA, L. Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto e Educação*, São Paulo, v. 54, p. 53-79, 1999.

TURNER, V. *Dramas, fields, and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

VALLADARES, L. Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, p. 1390-1403, 1977.

VALLADARES, L.; IMPELIZIERI, F. *Ação invisível: um censo a partir do Urbandata*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o estudo de caso detalhado.

In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

VARELLA, A. *O dever de cidadania*: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil. Capítulo publicado neste livro.

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio de Janeiro*: emploi domestique et société démocratique. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

_____. Concevoir la communauté: l'efficacité d'une catégorie socio-spatiale au Brésil. In: MONNET, J. (Dir.). *Espace, temps et pouvoir dans le nouveau monde*. Paris: Anthropos, 1996.

_____. Décentralisation infra-municipale, associations d'habitants et pouvoir local: dépasser l'opposition clientélisme/participation politique. In: LE BRIS, É. (Dir.). *Villes du Sud*. Paris: Éditions Orstom, 1996. p. 131-146.

_____. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-283, 2003.

_____. *La politique au quartier*: rapports sociaux et citoyenneté à Recife. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1998. (Collection Brasilia)

VIEIRA DA CUNHA, N. *Viagem, experiência, e memória*: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. da Silva. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: FINEP: IBAM: Ed. Projeto, 1983.

WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILSON, J. Q. *Political organizations*. New York: Basic Books, 1973.

WUTHNOW, R. *Acts of compassion*: caring for others and helping ourselves. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Loose connections*: joining together in america's fragmented communities. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

YAZBECK, C. A política social brasileira nos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*, [S.l.], 1995.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da

redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

_____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.